

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE BIBLIOTECONOMIA

MARIA EDUARDA DE SOUSA FERNANDES

**O papel da Biblioteca no desenvolvimento da educação escolar: um olhar sobre
as Políticas Públicas Brasileiras.**

São Luís
2024

MARIA EDUARDA DE SOUSA FERNANDES

O papel da Biblioteca no desenvolvimento da educação escolar: um olhar sobre as Políticas Públicas Brasileiras.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito para obtenção do título de Bacharel em Biblioteconomia, pelo Curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Maranhão (UFMA).

Orientador(a): Prof^a Dr^a Leoneide Maria Brito Martins.

São Luís
2024

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a)
autor(a). Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

Fernandes, Maria Eduarda de Sousa.

O papel da Biblioteca no desenvolvimento da educação escolar :
um olhar sobre as Políticas Públicas Brasileiras / Maria Eduarda de
Sousa Fernandes. - 2024.

60 f.

Orientador(a) : Leoneide Maria Brito Martins.

Monografia (Graduação) - Curso de Biblioteconomia,
Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2024.

1. Políticas Públicas. 2. Bibliotecas Escolares. 3. Equidade
Eduacional. 4. Habilidades de Leitura. I. Martins, Leoneide Maria
Brito. II. Título.

MARIA EDUARDA DE SOUSA FERNANDES

O papel da Biblioteca no desenvolvimento da educação escolar: um olhar sobre as Políticas Públicas Brasileiras.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito para obtenção do título de Bacharel em Biblioteconomia, pelo Curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Maranhão (UFMA).

Orientador(a): Prof^a Dr^a Leoneide Maria Brito Martins.

Aprovado em: ____ / ____ / ____.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a Dr^a Leoneide Maria Brito Martins (Orientadora)
Doutora em Educação
Universidade Federal do Maranhão

Prof^a Dr^a Aldinar Martins Bottentuit
Doutora em Ciência da Informação
Universidade Federal do Maranhão

Prof^a Ms. Maria Cléa Nunes
Mestra em Educação
Universidade Federal do Maranhão

Dedico este trabalho a todos que me acompanharam nesta jornada, aos amigos, colegas e à minha família, que com paciência, incentivo e carinho, me ajudaram a chegar até aqui.

AGRADECIMENTOS

Expresso minha profunda gratidão a Deus, cujo apoio foi fundamental em todas as minhas conquistas e superações até o presente momento. Seu cuidado constante tem sido uma bênção em minha jornada.

À Universidade Federal do Maranhão, pela oportunidade de realização do Curso de Biblioteconomia.

À todos os professores do Departamento do Curso de Biblioteconomia, por todo conhecimento valioso conhecimento transmitido ao longo da minha jornada acadêmica, contribuindo de maneira decisiva para a minha formação e crescimento como profissional.

E, em particular, meus agradecimentos à Prof^a Leoneide Martins pela orientação segura e instigante, aos membros da banca avaliadora pelo aceite e contribuições, Prof^a Dr^a Aldinar Bottentuit e Prof^a Dr^a Maria Cléa Nunes.

Gostaria de reservar um momento especial para expressar minha mais profunda gratidão aos meus amados pais, Vilma Vieira e Eduardo Bernal. Graças ao seu incansável esforço e dedicação, pude ter acesso à educação, possibilitando, por conseguinte, a realização deste trabalho acadêmico.

Cada desafio superado, cada obstáculo vencido e cada conquista alcançada refletem o amor incondicional e o apoio incessante que vocês têm dedicado a mim e à minha formação acadêmica. Suas mãos estiveram presentes em cada fase do meu percurso educacional, contribuindo para moldar meu caráter e nutrir minha sede insaciável por conhecimento.

Agradeço de todo o coração por proporcionarem as oportunidades de aprendizado e por acreditarem no poder transformador da educação. Reconheço que o conhecimento que adquiri é o presente mais valioso que já recebi, e comprometo-me a honrá-lo por meio de um contínuo compromisso com a aprendizagem. Seu apoio e amor incondicional são o alicerce sobre o qual construí tanto meu sucesso acadêmico quanto pessoal.

Aos meus amigos queridos, gostaria de expressar minha profunda gratidão pelos encontros e conversas significativas que compartilhamos ao longo desta jornada. Seu apoio, encorajamento e presença foram fundamentais para mim, e cada momento ao seu lado foi uma fonte de inspiração e conforto. Que nossa amizade

continue a florescer e que possamos continuar a nos apoiar e celebrar juntos as vitórias futuras. Obrigado por serem parte importante da minha vida.

Pelo companheirismo e amor incondicional, expresso minha profunda gratidão ao meu amado Enzo Felipe. Sua presença constante, apoio inabalável e carinho sincero tornaram esta jornada mais leve. Cada momento ao seu lado é um presente que valorizo imensamente. Obrigado por ser meu parceiro, meu amigo e meu amor. Sou infinitamente grata por tê-lo ao meu lado.

*"A leitura faz ao homem completo; a
conversa, ágil; e o escrever, preciso."
Francis Bacon*

RESUMO

Estudo que investiga as políticas públicas voltadas para as bibliotecas escolares e analisa as consequências de sua presença ou ausência no contexto educacional. O objetivo principal da pesquisa é analisar as políticas educacionais existentes, identificar suas limitações e examinar como suas falhas impactam alunos marginalizados. A pesquisa evidencia como a carência de recursos e materiais adequados amplifica as barreiras enfrentadas por esses alunos e verifica a aplicação prática das políticas ao longo dos anos. Para alcançar esse objetivo, foi adotada uma abordagem metodológica que combina análises documentais e bibliográficas. A metodologia documental incluiu a análise de documentos oficiais, como relatórios institucionais, políticas públicas e legislação relevante. Paralelamente, a pesquisa bibliográfica envolveu a consulta a uma variedade de fontes acadêmicas, incluindo livros, artigos de periódicos. Os principais resultados apontam que, apesar das iniciativas para implementar e criar políticas favoráveis às bibliotecas escolares, o comprometimento com essas políticas muitas vezes não é duradouro. As conclusões sugerem que uma distribuição equitativa de recursos educacionais deve levar em consideração as especificidades locais e regionais, além de reforçar a importância das bibliotecas escolares na agenda e nas prioridades dos gestores políticos. Este trabalho oferece uma contribuição significativa para a compreensão dos desafios e das oportunidades na busca por um sistema educacional mais justo e equitativo.

Palavras-chave: políticas públicas; bibliotecas escolares; equidade educacional; habilidades de leitura.

ABSTRACT

This study investigates public policies aimed at school libraries and analyzes the consequences of their presence or absence in the educational context. The main objective of the research is to analyze existing educational policies, identify their limitations, and examine how their failures impact marginalized students. The research highlights how the lack of adequate resources and materials amplifies the barriers faced by these students and assesses the practical application of these policies over the years. To achieve this objective, a methodological approach combining documental and bibliographic analyses was adopted. The documental methodology included the analysis of official documents, such as institutional reports, public policies, and relevant legislation. Simultaneously, the bibliographic research involved consulting a variety of academic sources, including books and journal articles. The main results indicate that, despite initiatives to implement and create favorable policies for school libraries, the commitment to these policies is often not long-lasting. The conclusions suggest that an equitable distribution of educational resources must take into account local and regional specificities, while also reinforcing the importance of school libraries in the agenda and priorities of policymakers. This work offers a significant contribution to the understanding of challenges and opportunities in the pursuit of a fairer and more equitable educational system.

Keywords: public policies; school libraries; educational equity; reading skills.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Tabela 1 - Existência de Biblioteca em Escolas Públicas, por Estado.....	46
Gráfico 1 - Dispositivos Digitais (Computadores e Smartphones)	33
Gráfico 2 – Alunos Matriculados em Escolas Públicas com Biblioteca, por etapa de ensino	43
Gráfico 3 – Escolas Públicas com Biblioteca, por etapa de ensino	44
Gráfico 4 – Escolas Públicas com Biblioteca e Bibliotecário, por etapa de ensino	45
Figura 1- Linha do tempo da Expansão da educação básica no Brasil	25
Figura 2- Bases do Sociointeracionismo	28
Figura 3- Trajetória histórica das diretrizes educacionais voltadas para as bibliotecas escolares no Brasil (1937-1992)	41
Figura 4- Trajetória histórica das diretrizes educacionais voltadas para as bibliotecas escolares no Brasil (1996-2000)	42
Figura 5- Trajetória histórica das diretrizes educacionais voltadas para as bibliotecas escolares no Brasil (2008-2024)	42

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
2 O PODER TRANSFORMADOR DAS BIBLIOTECAS ESCOLARES: REPENSANDO AS POLÍTICAS DA EDUCAÇÃO	18
2.1 EDUCAÇÃO E DESIGUALDADE SOCIAL: CAMINHOS PARA A INCLUSÃO DE GRUPOS MARGINALIZADOS	21
2.2 A EDUCAÇÃO COMO ALAVANCA PARA O CRESCIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL.....	23
2.3 BIBLIOTECAS ESCOLARES: AMBIENTES DE LEITURA, CONHECIMENTO E INCLUSÃO EDUCACIONAL	26
3 ENTRE A NORMA E A PRÁTICA: POLÍTICAS PÚBLICAS E BIBLIOTECAS ESCOLARES.....	36
4 CONCLUSÃO	50
REFERÊNCIAS	52
ANEXO A - LEI Nº 12.244 DE 24 DE MAIO DE 2010	56
ANEXO B - LEI Nº 14.837, DE 8 DE ABRIL DE 2024.....	59

1 INTRODUÇÃO

A educação tem a responsabilidade de integrar o indivíduo ao meio social, desenvolvendo suas potencialidades enquanto estimula o senso crítico e orienta a aquisição de conhecimentos que possibilitem a promoção de mudanças em sua realidade. Nesse cenário, a escola desempenha um papel crucial ao direcionar o processo educativo e promover a aprendizagem através do estabelecimento de metas compartilhadas, articuladas com todos os envolvidos: alunos, professores, famílias e sociedade. Assim, a escola se configura como uma instituição sociocultural, organizada com base em valores, concepções e expectativas, onde seus membros, vistos como sujeitos históricos e culturais, interagem e constroem conhecimentos a partir de suas vivências e confrontos com a realidade.

Para alcançar essas metas e atender às expectativas sociais, a escola deve se estabelecer como um espaço de saber, informação e troca de conhecimentos, proporcionando aos alunos a possibilidade de crescimento cultural e científico. Isso requer a criação de atividades e espaços de discussão e reflexão que vão além das salas de aula, incluindo teatros, estúdios de dança, laboratórios de informática, salas de esportes e bibliotecas. No entanto, a ausência desses recursos, especialmente em escolas públicas, reflete um histórico de penalização, exacerbado pela insuficiência das políticas educacionais que não conseguem enfrentar essas lacunas de forma eficaz.

Políticas públicas, definidas como o conjunto de ações do Estado voltadas para garantir a equidade e o bem-estar social, são fundamentais para o enfrentamento dessas desigualdades. Como observa Souza (2006, p. 26),

[...]a formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real.

Contudo, no Brasil, muitas dessas políticas, especialmente no campo educacional, carecem de efetividade, falhando em prover recursos e infraestrutura adequados para o pleno desenvolvimento das escolas.

A ausência de políticas e práticas adequadas para abordar esses desafios tem impactos profundos, não apenas no desempenho acadêmico individual dos

alunos, mas também na formação de uma cidadania crítica e informada. A falta de suporte adequado marginaliza muitos estudantes, especialmente aqueles oriundos de classes sociais mais vulneráveis, que frequentemente são excluídos do processo de alfabetização e letramento de maneira eficaz. Essa exclusão perpetua um ciclo de desvantagem educacional, gerando obstáculos significativos em suas trajetórias acadêmicas e pessoais, e reforçando a posição desses alunos marginalizados no sistema educacional.

A leitura, como uma competência essencial que permeia todas as disciplinas escolares, é crucial para o desempenho acadêmico. Sua deficiência impacta negativamente o desenvolvimento educacional, agravando ainda mais a situação dos estudantes que já enfrentam barreiras estruturais, como a falta de recursos, desigualdade de acesso e condições socioeconômicas desfavoráveis.

A exclusão educacional, especialmente no que se refere à alfabetização e ao estímulo à leitura, é uma questão multifacetada e complexa, que compromete o desenvolvimento pleno de muitos alunos. Diversos fatores inter-relacionados exacerbam essa dificuldade, como a escassez de materiais de leitura de qualidade, a insuficiência de recursos pedagógicos, e as disparidades socioeconômicas, linguísticas e culturais. A ausência de condições equitativas de aprendizado não apenas reforça as desigualdades sociais existentes, mas também compromete a formação de uma sociedade mais justa e igualitária, impedindo que todos os estudantes desenvolvam seu pleno potencial.

A negligência em proporcionar acesso a materiais de leitura e oportunidades de desenvolvimento cognitivo não só prejudica o indivíduo marginalizado, mas também mina a capacidade da sociedade de promover justiça e equidade, perpetuando, assim, um ciclo de exclusão social e educacional que afeta as futuras gerações.

Pierre Bourdieu enfatiza em suas obras 'Escritos de Educação' (*Ibid*, 2023) e 'A Reprodução: Elementos para uma Teoria do Sistema de Ensino' (Bourdieu; Passero, 2023) a questão da educação como meio de preservar a hegemonia das classes sociais. Conforme essas obras, a educação dissimula as relações de poder subjacentes à estrutura social e desempenha um papel importante na propagação das desigualdades sociais. Ele argumenta que o sistema educacional reforça e legitima as posições privilegiadas das classes dominantes com simbólico poder.

Mas qual o papel (ou função) cabe à educação em uma sociedade? E no que diz respeito à leitura e a biblioteca escolar? De que maneira as políticas públicas voltadas para a educação e biblioteca escolar têm falhado em garantir acesso equitativo a materiais e recursos nas escolas públicas?

Nesse contexto, o objetivo geral desta monografia é: Analisar as políticas educacionais existentes, seu histórico, suas limitações, e como essas falhas impactam os alunos marginalizados. Em seus objetivos específicos:

- a) Elencar os principais marcos legislativos e programas governamentais que influenciaram a configuração das políticas educacionais ao longo das décadas;
- b) Analisar o impacto das condições educacionais na formação de atitudes positivas em relação à escola e ao processo de aprendizagem;
- c) Apresentar como a carência de recursos e materiais de leitura adequados amplifica as barreiras enfrentadas pelos alunos de diferentes origens culturais e econômicas.

Este estudo é essencial para promover uma compreensão crítica sobre os desafios e oportunidades na busca por um sistema educacional mais justo e equitativo.

A metodologia adotada nesta monografia caracteriza-se pela combinação de pesquisa documental e bibliográfica, visando proporcionar uma análise abrangente e fundamentada sobre as políticas públicas voltadas para as bibliotecas escolares e seus impactos no contexto educacional. A pesquisa documental envolveu a análise de documentos oficiais, como relatórios institucionais, legislações e políticas públicas educacionais relevantes, tais como: a Lei nº 4.084, de 30 de junho de 1962, a Lei nº 9.674, de 25 de junho de 1998, a Lei nº 12.244, de 24 de maio de 2010 e a Resolução nº 12, de 07 de outubro de 2020. Também foram considerados documentos orientadores do currículo educacional, como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs). A análise desses documentos possibilitou identificar os principais marcos regulatórios e diretrizes governamentais que guiam a implementação e o funcionamento das bibliotecas escolares no Brasil. Além disso, permitiu compreender, de forma detalhada, as iniciativas históricas propostas no âmbito das políticas públicas, evidenciando falhas e lacunas na sua execução e continuidade. Paralelamente, a pesquisa bibliográfica foi realizada com a consulta a uma vasta gama de fontes acadêmicas, incluindo livros,

artigos científicos. Autores renomados, como Paulo Freire, José Antônio Calixto e Mary Ferreira, foram fundamentais para embasar os ideais e argumentos apresentados ao longo do estudo.

Essa abordagem permitiu não apenas o aprofundamento teórico sobre o papel das bibliotecas escolares no desenvolvimento educacional, mas também a discussão de conceitos essenciais, como exclusão educacional, desigualdade de acesso e o papel central da leitura no processo de aprendizagem. A adoção dessa metodologia mista, que combina a análise documental com o embasamento teórico fornecido pela literatura especializada, possibilitou a construção de um panorama integrado e crítico sobre as políticas públicas e as práticas vigentes nas escolas. Dessa forma, o estudo apresenta uma visão coesa e fundamentada, que articula a teoria e a prática, oferecendo uma análise sobre o impacto dessas políticas no contexto escolar, especialmente em relação à promoção da leitura e ao combate às desigualdades educacionais.

O trabalho está estruturado da seguinte forma: A primeira seção oferece uma contextualização detalhada da temática, apresenta a problemática central, define os objetivos da pesquisa e expõe a relevância e justificativa do estudo. Na segunda seção, discutem-se aspectos cruciais da educação como um motor essencial para a mudança sociológica, destacando o papel indispensável da biblioteca escolar e seu potencial informacional. A terceira seção aborda o histórico e as deficiências das políticas públicas educacionais, que, apesar de reconhecerem a importância das bibliotecas escolares, muitas vezes falham em implementar medidas eficazes. Esta seção inclui uma análise dos resultados de pesquisas pertinentes ao tema. Por fim, a última seção apresenta as conclusões do estudo.

2 O PODER TRANSFORMADOR DAS BIBLIOTECAS ESCOLARES: Repensando as Políticas da Educação

A educação exerce um papel fundamental nas instituições de ensino, sendo essencial para o desenvolvimento social e econômico das nações e estruturando diretamente o futuro das populações globais. De acordo com John Dewey (2011), a educação é mais do que uma preparação para a vida; ela é a própria vida em si. Este conceito destaca a importância da educação não apenas na formação do indivíduo, mas também como um alicerce para a construção de comunidades mais justas, igualitárias e prósperas.

Neste contexto, a educação proporciona um caminho de esperança, orientando os jovens em direção ao conhecimento e ao desenvolvimento pessoal. A estruturação do currículo escolar torna-se, assim, uma ferramenta essencial para organizar, de maneira ética e democrática, os conteúdos e as atividades que serão oferecidos aos alunos. Mais do que uma série de disciplinas fragmentadas, o currículo deve ser um espaço de integração do saber, promovendo um aprendizado que dialoga com as diferentes áreas do conhecimento e com a realidade social. Um currículo diversificado e inclusivo permite o desenvolvimento de habilidades cognitivas, sociais e emocionais, que são vitais para enfrentar os desafios contemporâneos, especialmente em uma sociedade cada vez mais complexa e desigual.

Entretanto, ainda existem barreiras que limitam o acesso a uma educação mais ampla e democrática. Muitas instituições adotam práticas restritivas que impedem a construção de um conhecimento crítico e reflexivo. O Relatório de Monitoramento Global da Educação de 2020 da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) enfatiza a urgência de garantir a educação como um direito universal, especialmente em um mundo onde as desigualdades socioeconômicas estão em expansão. O acesso ao conhecimento é um fator chave para reduzir essas disparidades, oferecendo a possibilidade de transformação individual e social.

[...] nunca foi tão crucial tornar a educação um direito universal e uma realidade para todos. Nosso mundo, em rápida transformação, enfrenta grandes desafios [...] que ampliam ainda mais as desigualdades e terão impacto nas próximas décadas.
(UNESCO, 2020).

Quando a equipe escolar valoriza e compreende a importância do currículo, ele transcende o papel de um mero roteiro de conteúdos e se transforma em uma ferramenta essencial para a expansão de saberes e experiências. Nesse contexto, a escola se estabelece como um ambiente que favorece uma aprendizagem ativa, crítica e reflexiva, oferecendo um ensino que se conecta diretamente com os contextos sociais vivenciados pelos alunos. Essa abordagem permite que o currículo não apenas transmita conhecimento, mas também promova o desenvolvimento da cidadania e a formação de indivíduos aptos a exercerem seu papel na sociedade com autonomia, consciência social e ética.

Nesse contexto, Paulo Freire (1987) oferece uma perspectiva valiosa sobre o papel da educação na transformação social. O educador e filósofo brasileiro argumenta que a educação deve ser um ato de amor e coragem, enfatizando a importância do engajamento emocional e intelectual dos professores para enfrentar obstáculos e promover uma educação que realmente transforme. Educar é um meio de capacitar e libertar os oprimidos, proporcionando-lhes ferramentas para enfrentar e superar as complexidades da sociedade moderna.

[...] é um ato de coragem, nunca de medo, o amor é compromisso com os homens. Onde quer que estejam estes, oprimidos, o ato de amor está em comprometer-se com sua causa. A causa de sua libertação. (Freire, 1987, p. 45).

O papel da educação vai além da simples instrução acadêmica, transformando-se em uma força poderosa na construção de sociedades mais inclusivas e justas. Ao garantir oportunidades educacionais para todos, independentemente de sua origem ou condição socioeconômica, a educação contribui para a equidade social e o fortalecimento da coesão comunitária. Em um cenário educacional inclusivo, a diversidade é celebrada e a igualdade de oportunidades é promovida, permitindo que cada indivíduo alcance seu pleno potencial.

O desenvolvimento econômico e social de uma nação está intrinsecamente ligado à qualidade de sua educação. Uma força de trabalho qualificada, resultado de uma educação sólida e abrangente, é crucial para o crescimento econômico sustentável e para a inovação tecnológica. Investir em educação é investir no potencial humano, criando oportunidades para novas descobertas, estimulando a criatividade e enfrentando os desafios do século XXI. Com uma base educacional robusta, as instituições de ensino não apenas promovem o desenvolvimento individual, mas

também fortalecem as estruturas democráticas, incentivando o engajamento cívico e o pensamento crítico.

Essa formação é fundamental para garantir que os valores democráticos sejam vividos e preservados por futuras gerações. Fica, portanto, evidente que a educação escolar é um direito fundamental e um pilar crucial para o avanço social. Educar é a chave para assegurar um futuro melhor, capacitando as atuais e futuras gerações, promovendo a equidade e impulsionando o progresso econômico.

Além de suas contribuições econômicas, a educação desempenha um papel essencial no desenvolvimento das habilidades sociais e interpessoais. Segundo as pesquisas de Vygotsky (1978) e Wentzel (2003, tradução do autor), o ambiente escolar é um espaço crucial para o aprimoramento dessas habilidades, por meio da interação entre os pares e da participação em atividades colaborativas. Esse processo de socialização é fundamental para o desenvolvimento integral do indivíduo, capacitando-o a lidar com as complexidades do mundo moderno e a colaborar em diferentes contextos sociais e profissionais.

Adicionalmente, a educação atua como um motor para a promoção da igualdade de oportunidades. Ao garantir o acesso universal à educação de qualidade, as sociedades podem romper ciclos históricos de pobreza e desigualdade. Indivíduos bem formados têm mais chances de acessar oportunidades de trabalho qualificado, o que resulta em melhores salários e maior mobilidade social. Emblematicamente, indivíduos com melhor educação normalmente têm mais chances de emprego e maiores perspectivas de remuneração durante suas carreiras. Eles são mais flexíveis diante das mudanças no mercado de trabalho, têm maior probabilidade de ocupar cargos bem remunerados e com oportunidades de crescimento profissional, contribuindo para o desenvolvimento econômico sustentável e a diminuição das disparidades de renda na sociedade.

Em geral, a educação fornece diversas competências essenciais para alcançar sucesso na vida pessoal e profissional, permitindo que os alunos enfrentem desafios diários e aproveitem oportunidades com confiança e determinação. Ela é um impulso para o crescimento e sucesso ao longo da vida das pessoas, promovendo um futuro mais justo para todos através do acesso igualitário à educação de qualidade, incentivo às oportunidades econômicas e fortalecimento da coesão social, mas também contribui para a redução das disparidades de renda e para a criação de uma sociedade mais equitativa.

2.1 Educação e Desigualdade Social: Caminhos para a Inclusão de Grupos Marginalizados

As desigualdades sociais representam disparidades sistemáticas e estruturais que afetam o acesso a recursos, oportunidades e direitos de forma desigual entre diferentes grupos. Essas desigualdades se manifestam em várias dimensões, incluindo econômicas, raciais, de gênero, regionais e de acesso a recursos. Cada uma dessas dimensões contribui para a perpetuação das disparidades, impactando profundamente setores essenciais como a educação.

A exclusão social e a marginalização são conceitos essenciais para entender as profundas desigualdades que persistem nas sociedades contemporâneas. Esses fenômenos se referem aos mecanismos pelos quais grupos e indivíduos são sistematicamente afastados da participação plena na vida social, econômica, política e cultural. Embora frequentemente associada à ausência de recursos materiais, a exclusão social também engloba a privação de oportunidades, direitos e dignidade. Esse ciclo de privação reforça a pobreza e perpetua desigualdades, evidenciando a necessidade urgente de políticas educacionais e sociais que abordem essas questões de forma abrangente.

A marginalização é um desdobramento claro da exclusão social. Ela envolve o distanciamento de certos grupos da sociedade, relegando-os a posições periféricas, seja nas dimensões econômicas, sociais ou culturais. Um exemplo claro é a marginalização de comunidades indígenas, que têm sido historicamente excluídas devido a processos coloniais e políticas desenvolvimentistas que desconsideram seus direitos. A falta de acesso a serviços básicos, como saúde e educação, e a ausência de representação política são consequências diretas desse processo de exclusão, que vai além da dimensão econômica e atinge também a esfera cultural e territorial.

De maneira semelhante, populações negras e afrodescendentes enfrentam uma exclusão social arraigada em séculos de racismo estrutural. Discriminados racialmente e confinados a condições de pobreza, esses grupos são muitas vezes sub-representados nos espaços de poder e sobre-representados em estatísticas de pobreza, violência e encarceramento. A marginalização racial, portanto, não é apenas uma questão de falta de oportunidades, mas também de negação de direitos fundamentais e de manutenção de estruturas de opressão.

A marginalização de mulheres, especialmente de baixa renda, e de pessoas LGBTQIA+ também reflete uma exclusão multidimensional. Esses grupos sofrem com normas patriarcais e sexistas que limitam seu acesso a recursos econômicos, direitos reprodutivos e educação. Além disso, enfrentam uma violência estrutural que se manifesta tanto no mercado de trabalho, onde a desigualdade salarial e a discriminação são comuns, quanto em sua sub-representação em posições de liderança. Essa marginalização de gênero reforça as desigualdades sociais, perpetuando ciclos de exclusão.

As pessoas com deficiência enfrentam desafios semelhantes. Muitas vezes marginalizadas pela falta de políticas públicas inclusivas, enfrentam barreiras físicas e sociais que limitam sua participação plena na sociedade. A falta de acessibilidade em espaços públicos e no mercado de trabalho é um reflexo direto da exclusão que essas pessoas vivenciam, agravada pela ausência de apoio institucional e infraestrutural adequado.

A geografia também desempenha um papel determinante na exclusão social. Moradores de áreas rurais e periféricas enfrentam dificuldades significativas para acessar serviços básicos, como educação de qualidade, transporte e saúde. Essa exclusão territorial contribui para a perpetuação da pobreza nessas regiões, uma vez que a falta de investimentos públicos e privados agrava as desigualdades já existentes. Assim, a marginalização geográfica reflete uma ausência de equidade na distribuição de recursos essenciais ao desenvolvimento humano.

Na educação, a exclusão social e a marginalização se manifestam de maneira contundente, afetando particularmente os alunos marginalizados, que enfrentam barreiras adicionais em seu processo educacional. A falta de acesso a escolas de qualidade, professores qualificados e currículos inclusivos impacta desproporcionalmente esses grupos, perpetuando o ciclo de pobreza e exclusão. A educação, que deveria ser uma via de mobilidade social, transforma-se em um obstáculo quando os alunos não possuem os recursos necessários para alcançar o sucesso acadêmico. Além disso, a marginalização dentro das instituições de ensino — manifestada por meio de preconceitos raciais, de gênero ou por deficiência — cria um ambiente hostil que inviabiliza a inclusão plena.

Compreender e combater a exclusão social e a marginalização é um desafio complexo que exige o reconhecimento dos grupos historicamente negligenciados, incluindo os alunos marginalizados, e a implementação de políticas públicas

inclusivas. A educação desempenha um papel fundamental, pois oferece as ferramentas para que esses grupos possam se empoderar e romper o ciclo de exclusão. No entanto, é essencial que essa educação seja acessível, de qualidade e adaptada às necessidades de cada grupo para que realmente cumpra sua função transformadora.

Além disso, a exclusão educacional, especialmente em contextos de desigualdade econômica e regional, reflete uma distribuição desigual de recursos. Crianças de famílias de baixa renda e de regiões desfavorecidas têm acesso limitado a materiais escolares, tecnologias e oportunidades de aprendizado, o que compromete seu desempenho acadêmico e perpetua a desigualdade. As disparidades no acesso à educação de qualidade são um reflexo direto das desigualdades estruturais presentes na sociedade, e abordar essa questão é crucial para promover a inclusão e a justiça social.

2.2 A Educação como alavanca para o crescimento Econômico e Social

Economistas como Theodore Schultz, Alan Krueger e Gary Becker (1964; 1999; 2009, tradução do autor) sublinham a importância da educação como motor para o crescimento econômico e o desenvolvimento social. Esses economistas proeminentes destacaram a importância da educação para o avanço econômico de uma sociedade como um todo, além de seus benefícios individuais. Seu estudo ressalta a necessidade de políticas que incentivem a constante valorização do capital humano e a garantia igualitária de acesso à educação de excelência como ações fundamentais para impulsionar o progresso social e econômico a longo prazo. James Heckman (2006, tradução do autor), vencedor do Prêmio Nobel de Economia em 2000, reforça a importância dos investimentos na primeira infância e no ensino básico, evidenciando que esses são os alicerces para um crescimento econômico sólido e para a redução das desigualdades sociais a longo prazo.

Essa importância se torna ainda mais evidente ao analisar o impacto das séries iniciais da educação. A educação infantil e os primeiros anos do ensino fundamental desempenham um papel formativo crucial no desenvolvimento das crianças, estabelecendo as bases cognitivas, emocionais e sociais que serão fundamentais ao longo de sua trajetória acadêmica e pessoal. Esse processo, que teve início formalmente no final do século XIX, acompanhou a industrialização e a

urbanização, refletindo a necessidade de preparar indivíduos para uma sociedade em transformação. Historicamente, a educação formal para crianças pequenas era limitada a famílias abastadas, que podiam pagar por tutores privados ou escolas particulares. As crianças das classes trabalhadoras, por outro lado, muitas vezes começavam a trabalhar desde cedo, sem acesso à educação formal. No entanto, à medida que as sociedades ocidentais se modernizavam, surgiram movimentos que defendiam a educação universal e gratuita como um direito fundamental.

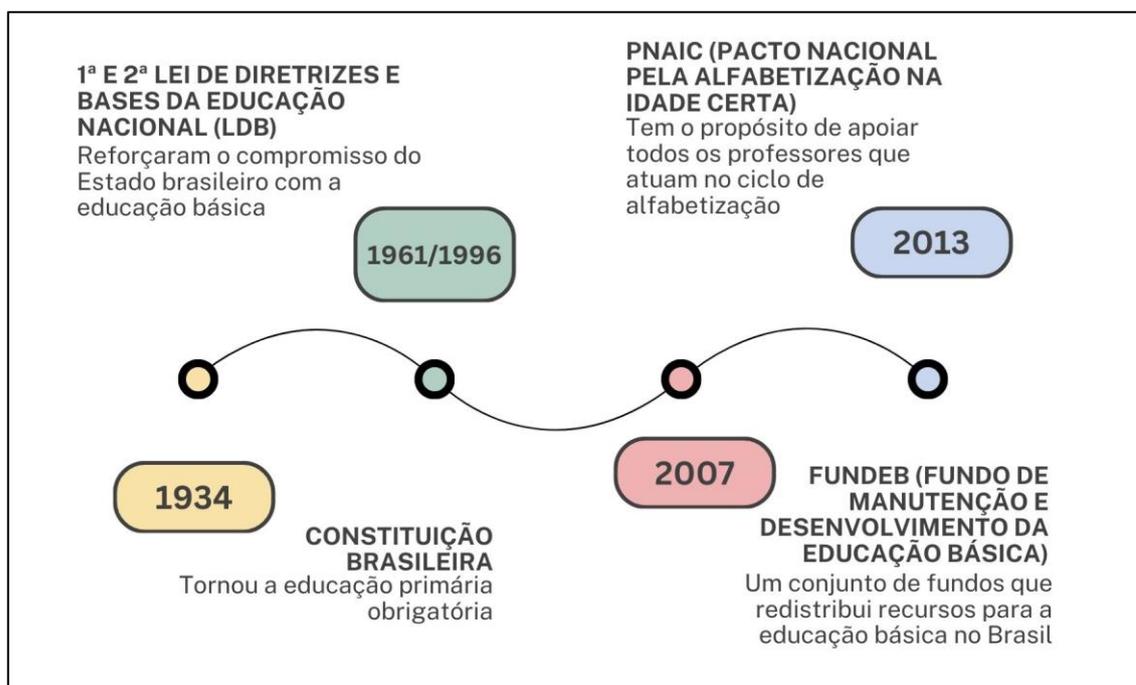
No Brasil, a expansão da educação básica começou a ganhar força no final do século XIX e início do século XX, acompanhando o processo de urbanização e as demandas por uma educação pública que pudesse atender a todas as camadas da sociedade. Durante o governo de Getúlio Vargas (1930-1945), com a Constituição de 1934, que tornou a educação primária obrigatória e marcou um ponto crucial para a formalização das séries iniciais no sistema educacional.

Décadas mais tarde, O desenvolvimento das Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) em 1961 e as reformas subsequentes reforçaram o compromisso do Estado brasileiro com a educação básica, destacando a importância das séries iniciais para o processo educacional. A LDB de 1996, em especial, ampliou ainda mais o acesso à educação, estendendo a obrigatoriedade do ensino fundamental para nove anos e incluindo a educação infantil para crianças a partir de quatro anos como parte integrante desse ciclo. Essa legislação formalizou a importância das séries iniciais como a base para o desenvolvimento cognitivo, social e emocional das crianças, garantindo o direito à educação para todos.

Com a formalização das séries iniciais, houve um esforço nacional para expandir o acesso e melhorar a qualidade do ensino fundamental, especialmente nas áreas rurais e em comunidades carentes. Os resultados desses investimentos nas séries iniciais são visíveis no aumento das taxas de matrícula e na melhoria da qualidade do ensino, especialmente em áreas historicamente desfavorecidas. Iniciativas como o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB) e o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) têm sido fundamentais para assegurar a alfabetização e a inclusão educacional desde os primeiros anos escolares. Essas políticas públicas evidenciam o compromisso com uma educação que se inicia desde cedo, reconhecendo a importância de garantir que todas as crianças tenham acesso a uma formação de qualidade, independentemente

de sua localização geográfica ou condição socioeconômica. A linha do tempo a seguir ilustra o histórico do esforço para com as séries iniciais no Brasil.

Figura 1 – Linha do tempo da Expansão da educação básica no Brasil



Fonte: a autora.

Além disso, o investimento na formação e valorização dos professores, aliado à adoção de currículos mais robustos e inclusivos, contribuiu para a melhoria da qualidade do ensino. Programas de capacitação contínua e a implementação de metodologias pedagógicas inovadoras elevaram os índices de alfabetização e aprendizado nas fases iniciais da educação básica.

Exemplos de sucesso, como o relatado por Zamoner *et al.* (2021), o município de Sobral, uma cidade no interior do Ceará, enfrentava desafios educacionais graves no final dos anos 1990, com baixos índices de alfabetização e desempenho insatisfatório em avaliações nacionais. Implementando reformas educacionais abrangentes, incluindo a formação intensiva de professores, um sistema rigoroso de avaliação e um foco específico na alfabetização, Sobral transformou sua realidade. Em 2005, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) da cidade era de 4,9 e subiu para 9,1 em 2017. A eliminação quase total do analfabetismo entre crianças nas séries iniciais exemplifica a eficácia das reformas implementadas. Ou

conforme relatado por Cabral *et al.* (2021), o estado de Pernambuco, um dos mais populosos do Brasil, enfrentava sérios desafios educacionais até a primeira década dos anos 2000, com índices alarmantes de analfabetismo e uma alta taxa de evasão escolar. Em resposta a essa crise, foi lançado em 2007 o Pacto pela Educação de Pernambuco, uma iniciativa abrangente que incluiu a formação continuada de professores, o monitoramento rigoroso do desempenho dos alunos e a criação de incentivos para escolas e educadores. Como resultado dessas ações, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) do estado passou de 3,6 em 2007 para 5,2 em 2017, conforme os dados publicados em 2018, refletindo melhorias expressivas tanto na alfabetização quanto na redução da evasão escolar.

Tais casos, demonstram que investimentos direcionados e políticas públicas consistentes podem transformar a realidade educacional de maneira significativa. No entanto, ainda há grandes desafios a serem enfrentados. Disparidades regionais e sociais, metodologias pedagógicas desatualizadas e a necessidade de formação continuada de professores são apenas alguns dos obstáculos que precisam ser superados. Além disso, é necessário garantir a sustentabilidade do financiamento educacional e a gestão eficiente dos recursos públicos, para que as melhorias alcançadas até agora possam ser mantidas e expandidas.

2.3 Bibliotecas Escolares: ambientes de Leitura, Conhecimento e Inclusão Educacional

Dentro do ambiente educacional, a biblioteca escolar emerge como um componente essencial, atuando como um mediador de informação e conhecimento. De acordo com estudos, a presença de bibliotecas escolares “[...] devem ser redimensionadas no contexto da escola e da educação, tendo em vista sua importância como espaço mediador de informação e conhecimento [...]” (Ferreira, 2022, p.38). Bibliotecas escolares bem equipadas e administradas por profissionais qualificados contribuem significativamente para o desempenho acadêmico dos alunos, promovendo não apenas a leitura, mas também o desenvolvimento de habilidades críticas e a equidade educacional, assim como estimular maior participação e presença de alunos na biblioteca.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) reconhecem o papel fundamental da biblioteca na formação de crianças e jovens, sugerindo uma abordagem construtivista e questionadora (Brasil, 2000).

a participação da biblioteca é fundamental, devendo possuir um ambiente confortável e agradável, com acervo variado, de onde o professor possa indicar livros, mas em que também os alunos possam escolhê-los por conta própria, e até mesmo levá-los para casa. (Brasil, 2000)

Considerando essa perspectiva, as bibliotecas escolares devem ser vistas como unidades organizacionais dinâmicas, moldadas constantemente pelo seu papel crucial na disseminação de conhecimento, informação e cultura. Para atender às demandas diárias e às necessidades de seus principais usuários — alunos e professores — é fundamental que as bibliotecas se alinhem às exigências da nova sociedade do conhecimento. Isso implica na adaptação de suas estruturas para promover a criatividade e a interdisciplinaridade, além de integrar seus projetos de maneira eficaz ao processo de ensino e aprendizagem.

A colaboração entre bibliotecas e professores é essencial nesse contexto. Compartilhar projetos e permitir que os educadores influenciem diretamente os programas e atividades da biblioteca facilita uma integração mais efetiva com o currículo escolar, enriquecendo a experiência educacional e promovendo um ambiente de aprendizagem mais coeso.

A leitura, nesse cenário, emerge como uma habilidade multifacetada de grande importância, não apenas para a educação formal, mas também para o desenvolvimento cognitivo, emocional e social. A prática da leitura desempenha um papel significativo na aquisição de conhecimento, na expansão do vocabulário e no aprimoramento das habilidades comunicativas. Segundo Menegassi (2010), a leitura pode ser compreendida em três dimensões interdependentes: decodificação, compreensão e interpretação. Cada uma dessas dimensões é crucial para a capacidade de interagir criticamente com textos escritos e, por consequência, para o desenvolvimento integral do indivíduo.

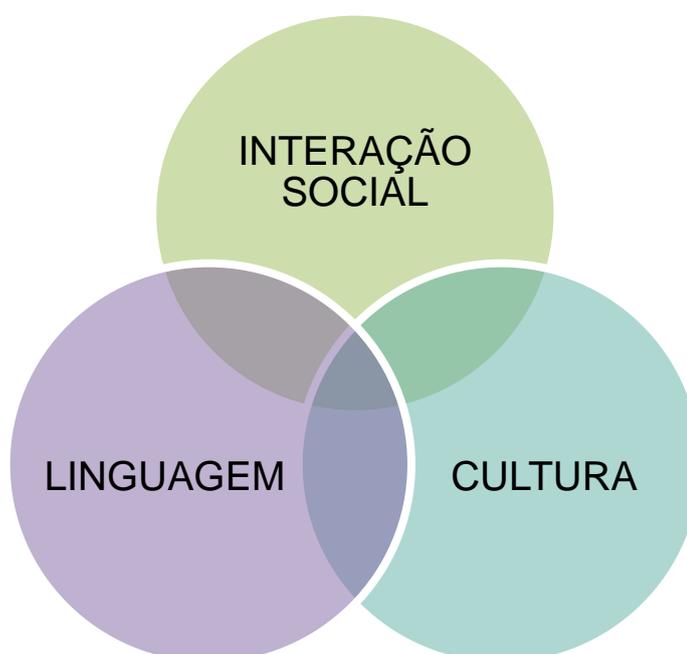
A decodificação, primeiro estágio, refere-se à habilidade de identificar símbolos gráficos e associá-los a sons correspondentes, um processo fundamental para acessar o conteúdo escrito. Já a compreensão vai além da simples decodificação, envolvendo a capacidade de extrair significado dos textos, relacionar

conhecimentos prévios, e inferir informações implícitas. Finalmente, a interpretação permite a análise crítica do conteúdo, examinando as intenções do autor, o contexto e as implicações mais profundas do texto, incentivando o pensamento crítico.

Essas três dimensões trabalham juntas para promover uma leitura profunda e significativa. Historicamente, a leitura passou de um privilégio das elites educadas a uma prática amplamente acessível, especialmente após a invenção da prensa tipográfica de Gutenberg, no século XV. No Brasil, o hábito da leitura foi fortalecido apenas no século XIX, com a introdução de tipografias, livrarias e bibliotecas no Rio de Janeiro, além da obrigatoriedade da educação para crianças a partir de 1870, o que impulsionou os índices de alfabetização e criou uma base mais ampla de leitores.

No século XX, teorias como o construtivismo de Piaget e o sociointeracionismo de Vygotsky revolucionaram a maneira como a leitura era entendida. Piaget argumentou que a leitura é um processo ativo de construção de sentido, no qual o leitor interage com o texto e ativa seu conhecimento prévio para elaborar inferências. Vygotsky, por sua vez, destacou a dimensão social da leitura, ressaltando que a interação entre leitores e seu contexto cultural desempenha um papel fundamental na construção do significado.

Figura 2- Bases do Sociointeracionismo



Fonte: a autora.

Nas últimas décadas, a leitura também passou a incorporar aspectos multimodais e digitais, com a disseminação da internet e das tecnologias digitais. Essas novas formas de leitura exigem habilidades diferenciadas, como a navegação hipertextual e a avaliação crítica de fontes.

Além dos benefícios cognitivos e linguísticos, estudo publicado na revista *Science* (Kidd; Castanho, 2013, tradução do autor) mostrou que a leitura de ficção literária pode melhorar a teoria da mente, a habilidade de entender os estados mentais de outras pessoas. Além disso, a leitura pode oferecer uma forma de escapismo e conforto emocional, ajudando indivíduos a lidar com o estresse e a ansiedade. Livros de autoajuda, por exemplo, têm sido utilizados como uma forma de biblioterapia para tratar sintomas leves de depressão e ansiedade.

No contexto acadêmico, a leitura se revela um fator crucial para o desempenho dos alunos. Estudos demonstram uma forte correlação entre hábitos de leitura e melhores resultados em diversas disciplinas, evidenciando que o incentivo à leitura contribui significativamente para o sucesso acadêmico. Tanto escolas quanto famílias desempenham papéis vitais na formação de leitores críticos, autônomos e engajados, preparados para enfrentar os desafios do mundo moderno.

A leitura é essencial não apenas para o desenvolvimento cognitivo, social e emocional, mas também como um pilar fundamental para a aprendizagem em diversas áreas do conhecimento. A sua inclusão efetiva no ambiente educacional é crucial para promover a equidade e assegurar que todos os alunos tenham acesso igualitário a oportunidades de crescimento pessoal e acadêmico. Para alcançar esse objetivo, é necessário implementar diversas estratégias pedagógicas que fomentem o interesse e a proficiência em leitura, levando em consideração as necessidades e particularidades de cada estudante.

Uma das estratégias mais eficazes é a leitura interativa, que engaja os alunos ativamente no processo de aprendizagem. Nessa abordagem, os alunos são incentivados a fazer perguntas, prever desfechos e relacionar o conteúdo com suas próprias vivências, o que aprofunda a compreensão do texto e desenvolve habilidades críticas. Professores podem utilizar discussões em grupo, dramatizações e recontagem de histórias, transformando a leitura em uma experiência dinâmica e colaborativa, facilitando a assimilação de conteúdo e o desenvolvimento de competências comunicativas.

Uma pesquisa conduzida pelo *National Endowment for the Arts* (NEA) (2004, tradução do autor) nos Estados Unidos revelou que estudantes que leem regularmente por prazer têm, em média, melhores desempenhos acadêmicos do que aqueles que não o fazem. Esses alunos apresentam notas mais altas em disciplinas como língua portuguesa, matemática e ciências, além de um maior interesse por atividades escolares. A leitura frequente melhora a capacidade de concentração, o que é essencial para a realização de tarefas complexas e para a compreensão de conceitos abstratos em várias áreas do conhecimento. O indivíduo também desenvolve a criatividade e a imaginação, permitindo-lhe fazer conexões entre diferentes áreas e formular soluções inovadoras para problemas.

Este estudo enfatiza a leitura como uma atividade recreativa e uma ferramenta vital para o desenvolvimento acadêmico e intelectual dos jovens. Incentivar os alunos a lerem com prazer pode ser um método eficaz para melhorar o desempenho acadêmico e fomentar o amor pelo conhecimento entre eles. Através da leitura, os alunos têm acesso a conteúdos específicos de cada disciplina, aprofundando seus conhecimentos e expandindo sua compreensão sobre diferentes áreas do saber. A leitura também contribui para o desenvolvimento de habilidades essenciais para a produção de trabalhos acadêmicos, como a pesquisa, a organização de ideias e a argumentação. Alunos que dominam a leitura tendem a ter um melhor desempenho em provas, trabalhos e apresentações, alcançando resultados mais satisfatórios em sua trajetória escolar.

Além disso, o ensino diferenciado é uma prática crucial para atender à diversidade de estilos de aprendizagem presentes em sala de aula. Essa abordagem reconhece que os alunos possuem ritmos e necessidades variadas, adaptando o conteúdo e os processos de aprendizagem a essas variações. No contexto da leitura, isso pode incluir o uso de materiais com diferentes níveis de dificuldade, recursos multimodais, como audiolivros e vídeos, além da escolha de temas e gêneros textuais de acordo com os interesses dos alunos. Essa personalização ajuda a criar um ambiente inclusivo e motivador, valorizando e desafiando cada estudante.

A tecnologia educacional também desempenha um papel importante na promoção da leitura, ampliando o acesso e enriquecendo a experiência de aprendizagem. Ferramentas digitais, como e-books e aplicativos interativos, tornam a leitura mais atraente e acessível, especialmente para alunos com dificuldades específicas ou necessidades educacionais especiais. Tecnologias assistivas, por

exemplo, são úteis para estudantes com deficiências visuais ou dislexia, proporcionando suporte personalizado e facilitando a participação no processo de aprendizagem. A tecnologia também incentiva a autonomia dos alunos, permitindo que explorem conteúdos de forma independente, conforme seus interesses.

Incorporar a relevância cultural e contextual nas práticas de leitura é fundamental para engajar os estudantes. Selecionar textos que reflitam a diversidade cultural e as experiências dos alunos fortalece o senso de pertencimento e valida suas identidades. Professores podem incluir literaturas locais, histórias tradicionais e textos que abordem questões sociais relevantes, promovendo conexões entre o conteúdo acadêmico e a realidade dos estudantes. Essa abordagem também promove a apreciação da diversidade e o respeito mútuo, valores essenciais em uma sociedade plural.

O envolvimento da família e da comunidade no incentivo à leitura reforça e complementa as estratégias escolares. Atividades que incentivam a leitura em casa, como programas de leitura compartilhada entre pais e filhos, podem fortalecer o hábito e o prazer pela leitura. A colaboração entre escola e família cria uma rede de apoio para o desenvolvimento contínuo das habilidades leitoras, além de valorizar a leitura como uma prática social e cultural.

Por fim, a avaliação contínua das habilidades de leitura é essencial para monitorar o progresso dos alunos e ajustar as estratégias pedagógicas conforme necessário. Avaliações diagnósticas ajudam a identificar dificuldades específicas e áreas que necessitam de intervenção, enquanto o feedback regular orienta os alunos em seu processo de aprendizagem. O uso de diferentes ferramentas de avaliação, como portfólios e autoavaliações, fornece uma visão abrangente das competências leitoras.

Os benefícios da leitura são vastos e profundos, ultrapassando o simples ato de decodificar palavras. Ela é uma ferramenta essencial para o desenvolvimento cognitivo, emocional e social, além de aprimorar as habilidades linguísticas e estimular o pensamento crítico. Mais do que um recurso educacional, a leitura desempenha um papel fundamental na formação integral dos indivíduos, promovendo capacidades que vão desde a empatia até a análise crítica de informações. Nesse contexto, tanto as escolas quanto as famílias têm um papel decisivo na construção de indivíduos preparados para os desafios de uma sociedade complexa e em constante transformação.

No entanto, um dos grandes desafios para os educadores é justamente cultivar hábitos de leitura entre os alunos. Fatores como experiências negativas precoces com a leitura, falta de textos atrativos e a competição com as tecnologias digitais são barreiras que dificultam o desenvolvimento de um gosto genuíno pela leitura. As crianças e jovens, muitas vezes, encontram nos videogames, redes sociais e outras mídias digitais estímulos mais atraentes do que nos livros, o que impacta negativamente sua relação com a leitura.

Reconhecer essas dificuldades é o primeiro passo para desenvolver estratégias eficazes de incentivo à leitura. Soares (2009) ressalta que é possível transformar essa atividade em algo prazeroso e envolvente, permitindo que os alunos se conectem com os textos de maneira significativa. Criar um ambiente que valorize a leitura e que ofereça recursos adequados é fundamental para que essa prática se torne parte da rotina escolar e familiar. Dessa forma, os educadores podem desempenhar um papel crucial no processo de formação de leitores críticos e reflexivos, ao mesmo tempo que ajudam a superar as barreiras impostas pelo mundo digital.

Uma das estratégias mais promissoras é a de conectar os textos aos interesses pessoais dos estudantes, tornando-os relevantes para suas vidas. A prática de contar histórias, por exemplo, é um dos objetivos previstos pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e pode engajar os alunos de maneira significativa. Conforme a BNCC (Brasil, 2018, p. 40),

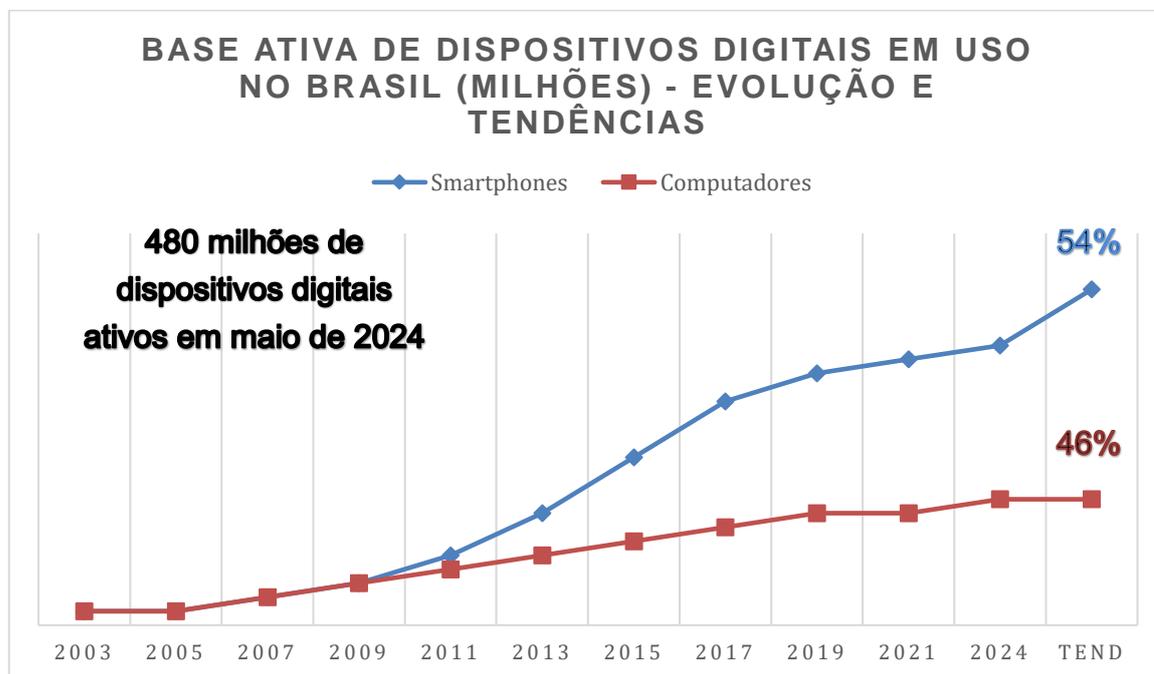
[...] os campos de experiências constituem um arranjo curricular que acolhe as situações e as experiências concretas da vida cotidiana das crianças e seus saberes, entrelaçando-os aos conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural.

Além disso, a incorporação de tecnologias, como celulares e outras ferramentas digitais amplamente utilizadas pelos estudantes, pode enriquecer a experiência de leitura, tornando-a mais atrativa e moderna. De acordo com uma pesquisa conduzida por Rideout, Foehr e Roberts (2010, tradução do autor), crianças e jovens dedicam, em média, mais de sete horas diárias consumindo mídia digital, impactando negativamente o tempo destinado à leitura de livros.

De acordo com a 35ª Pesquisa Anual de Administração e Uso de Tecnologia da Informação nas Empresas, realizada pela Fundação Getúlio Vargas de São Paulo (FGV-SP) em 2024, existem no país cerca de 480 milhões de dispositivos digitais

ativos, parcialmente distribuídos por *smartphones* (com 54% de uso ativo) e computadores (46% de uso ativo), como representado no gráfico 1. Com essa difusão do uso, tais dispositivos digitais poderiam ser ferramentas importantes se usados no trabalho pedagógico.

Gráfico 1 - Dispositivos Digitais (Computadores e *Smartphones*).



Fonte: FGVcia, 2024.

Embora as tecnologias possam facilitar a aprendizagem, seu potencial pedagógico ainda é subutilizado em muitas escolas, onde o uso de celulares é proibido. O educador Paulo Freire (1921-1997) afirmava que os temas geradores do trabalho pedagógico deveriam ser selecionados no contexto de vida dos educandos. Hoje, o telefone celular e ademais dispositivos fazem parte desse contexto para quase todos os brasileiros.

Outro desafio é a falta de acesso a recursos de leitura de qualidade, especialmente em regiões mais pobres. Muitas escolas enfrentam limitações em seus acervos de bibliotecas, e muitos alunos não têm livros em casa. Para superar esse obstáculo, é necessário investir em bibliotecas escolares, criar programas de doação de livros e desenvolver plataformas digitais acessíveis, garantindo que todos os estudantes, independentemente de sua condição socioeconômica, tenham acesso a materiais de leitura variados e de alta qualidade.

A ausência de materiais de leitura adequados impede que os estudantes desenvolvam habilidades de leitura essenciais e reduz as oportunidades de explorar diferentes gêneros literários e assuntos. É difícil desenvolver um amor pela leitura ou motivar as pessoas a fazerem isso regularmente sem uma base sólida de recursos.

É imperativo que sejam tomadas medidas e políticas para aumentar o acesso a materiais de leitura diversificados e de alta qualidade para enfrentar esse desafio. Isso pode incluir investimentos em bibliotecas escolares, programas de doação de livros, colaboração com organizações sem fins lucrativos e editoras, e a criação de plataformas digitais que disponibilizem uma ampla gama de livros. A cooperação entre governos, comunidades e setor privado é essencial para garantir que todos os alunos, independentemente de sua condição socioeconômica ou localização, tenham acesso aos recursos necessários para aprimorar suas habilidades de leitura e desenvolver seu interesse pela literatura.

Os educadores enfrentam o desafio de adaptar suas metodologias de ensino para atender à diversidade de suas turmas. Isso inclui a adoção de abordagens pedagógicas culturalmente responsivas, que valorizam as diferentes bagagens culturais dos alunos, e a criação de ambientes inclusivos e acolhedores. O objetivo é garantir que todos tenham a oportunidade de desenvolver suas habilidades de leitura de maneira eficaz e significativa, independentemente de sua origem linguística ou cultural.

Promover a diversidade nas salas de aula vai além de melhorar a habilidade de leitura; também prepara os alunos para uma sociedade globalizada, onde a compreensão e o respeito pelas diferenças são essenciais. Assim, educadores, ao trabalhar com a diversidade, formam cidadãos mais empáticos e informados.

Além disso, a falta de tempo para a leitura prazerosa é outro desafio significativo. Com currículos extensos, os momentos de leitura livre, fundamentais para desenvolver um hábito saudável, acabam limitados. Para contornar isso, professores podem incorporar momentos de leitura silenciosa e livre no cotidiano escolar. Esses momentos devem permitir que os alunos escolham o que ler, incentivando um ambiente de leitura prazerosa e sem pressão.

Outra abordagem eficaz é a implementação de projetos de leitura em várias disciplinas. Professores de ciências, por exemplo, podem utilizar ficção científica, e de história, romances históricos, conectando a leitura com diferentes áreas do

conhecimento. Isso torna o hábito mais atrativo e relevante, mostrando a leitura como uma ferramenta de compreensão ampla.

A organização de clubes de leitura e discussões literárias desempenha um papel fundamental no engajamento colaborativo dos alunos, criando um ambiente de interação e troca de experiências literárias. Essas atividades, quando realizadas tanto em sala de aula quanto em espaços informais, reforçam o valor da leitura e estimulam o interesse por diferentes gêneros e temas, contribuindo para a formação de uma comunidade de leitores.

Além disso, a presença de uma biblioteca escolar bem estruturada, aliada à colaboração entre educadores e bibliotecários, pode amplificar ainda mais os benefícios dessas iniciativas. A biblioteca, ao oferecer acesso a uma variedade de materiais e recursos, não só auxilia no desenvolvimento das competências leitoras, mas também incentiva um amor duradouro pelos livros. Como Calixto (1996, p. 117) ressalta, a biblioteca deve ser vista como um "recurso essencial da escola", desempenhando um papel crucial no apoio ao sistema educativo e na formação de cidadãos preparados para responder às exigências da sociedade.

No entanto, a ausência de bibliotecas escolares em muitas instituições, especialmente nas escolas públicas, reflete uma falha histórica nas políticas educacionais, que não conseguem suprir essa carência. Essa lacuna compromete a qualidade do ensino, uma vez que impede a plena utilização dos recursos que poderiam ser oferecidos aos estudantes para o aprimoramento de suas habilidades de leitura e pensamento crítico.

Portanto, a implementação de bibliotecas adequadas e o fortalecimento das políticas educacionais nesse sentido são imperativos para garantir que todos os alunos, independentemente de sua condição socioeconômica, tenham acesso ao suporte necessário para se desenvolverem como leitores críticos e cidadãos ativos. Ao promover o envolvimento com a leitura, as escolas podem criar um ambiente propício para o crescimento pessoal e acadêmico, assegurando que os estudantes adquiram habilidades que transcendem o espaço escolar e os preparem para a vida em sociedade.

3 ENTRE A NORMA E A PRÁTICA: Políticas Públicas e Bibliotecas Escolares

A relação entre políticas públicas e a prática nas bibliotecas escolares no Brasil reflete um cenário de profundas contradições e desafios, marcado pela distância entre as diretrizes oficiais e a realidade enfrentada no cotidiano das escolas. Embora as políticas reconheçam a importância das bibliotecas como ferramentas essenciais para o desenvolvimento educacional, a aplicação dessas diretrizes é limitada por ações ineficazes, falta de investimentos consistentes e dificuldades de gestão que impedem a concretização desse reconhecimento. Na teoria, as políticas estabelecem metas ambiciosas, como o acesso universal às bibliotecas, previsto na Lei 12.244/2010, mas sua implementação enfrenta obstáculos como limitações estruturais e orçamentárias.

A trajetória histórica dessas políticas remonta aos debates educacionais nas décadas de 1920 e 1930, cujo objetivo era ampliar o acesso à educação e definir as responsabilidades entre a União, estados e municípios. Em 1937, durante o Estado Novo, a criação do Instituto Nacional do Livro (INL) através do Decreto-Lei nº 93 de 21 de dezembro trouxe importantes iniciativas, como a organização de bibliotecas públicas e a promoção da cultura nacional por meio da publicação de livros. Essas medidas, que visavam ao aumento, melhoria e barateamento do livro no Brasil, ainda são discutidas como questões centrais nas políticas de leitura e bibliotecas.

O controle sobre o livro didático também surgiu como uma preocupação do Estado Novo, culminando com a criação da Comissão Nacional do Livro Didático (CNLD) em 1938. A CNLD foi responsável pela primeira política de regulação da produção e circulação de livros didáticos no país. No entanto, somente em 1945 o Estado consolidou, por meio de um Decreto-Lei, a legislação sobre as condições de produção e uso desses materiais, colocando o professor como figura central na escolha dos livros a serem utilizados pelos alunos.

Apesar dessas iniciativas, o desenvolvimento das bibliotecas escolares foi amplamente negligenciado nas décadas seguintes. A 1ª Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1961, por exemplo, ignorou em grande parte a necessidade de integrar as bibliotecas escolares ao sistema público de ensino. Durante o regime militar (1964-1985), o modelo educacional tecnicista, voltado para a formação de mão de obra especializada, marginalizou ainda mais as bibliotecas, que deixaram de ser vistas como espaços de incentivo à leitura crítica e ao desenvolvimento cultural dos estudantes.

Uma mudança de perspectiva começou a ser vislumbrada com a criação da Federação de Associações de Bibliotecários Brasileiros (FEBAB) em 1959 e o reconhecimento da profissão de bibliotecário com a Lei Federal nº 4.084/1962. Essas iniciativas trouxeram o debate sobre a importância das bibliotecas escolares para o centro das discussões educacionais. Ainda assim, a implementação de políticas que realmente integrassem as bibliotecas ao cotidiano escolar avançou lentamente.

Foi com a aprovação da Lei 9.394/1996, conhecida como a 2ª Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), que um marco importante foi alcançado. Essa legislação passou a reconhecer a biblioteca como parte essencial do processo de ensino e aprendizagem, estabelecendo-a como um componente central no desenvolvimento acadêmico e intelectual dos alunos. O reconhecimento formal da biblioteca como espaço fundamental foi reforçado pelos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN (Brasil, 2000), que ampliaram a visão da biblioteca escolar como um local de promoção da leitura, da pesquisa e da formação integral dos estudantes, associando-a diretamente à qualidade da educação

Na mesma década, o Programa Nacional de Bibliotecas Escolares (PNBE) e o Programa Nacional de Incentivo à Leitura (PRO-LER) foram criados, representando um esforço concreto para promover o acesso à cultura e incentivar a leitura nas escolas brasileiras. Os programas trouxeram benefícios imediatos, como o fornecimento de materiais que possibilitavam a expansão do repertório cultural dos estudantes, mas também evidenciaram a necessidade de um compromisso contínuo com a atualização dos acervos e a manutenção das bibliotecas.

O Programa (PNBE) distribuiu um volume considerável de livros, periódicos e obras de referência para 3.659 municípios brasileiros; porém, a efetivação do programa nas escolas ficou muito a desejar em decorrência da falta de estrutura das escolas, pouca formação dos professores para trabalharem os livros didáticos e literários, bem como com as coleções de referências (Ferreira, 2022, p. 51)

O PNBE teve como objetivo principal a distribuição de acervos literários e de pesquisa para alunos e professores, buscando democratizar o acesso ao conhecimento e estimular o desenvolvimento de hábitos de leitura nas instituições de ensino. Em seus primeiros anos, trouxe resultados positivos, proporcionando aos estudantes acesso a livros que, de outra forma, talvez nunca estariam ao seu alcance. No entanto, o impacto inicial desse programa foi enfraquecido pela descontinuidade e pela falta de atualização e ampliação dos acervos ao longo dos anos, além escassa

presença de bibliotecários nas instituições escolares. Essa descontinuidade reflete uma característica recorrente das políticas públicas no Brasil: a falta de continuidade e compromisso de longo prazo, que muitas vezes compromete os avanços iniciais.

A Lei nº 9.674, de 25 de junho de 1998, é uma legislação fundamental no Brasil que regulamenta o exercício da profissão de bibliotecário(a). A lei estabelece os critérios para o exercício dessa profissão, determinando que apenas os profissionais devidamente formados e registrados nos Conselhos Regionais de Biblioteconomia podem atuar como bibliotecários. Além de regulamentar as atribuições, a lei também reforça a importância da atuação desse profissional em diversas áreas, incluindo o gerenciamento de bibliotecas escolares.

O papel do bibliotecário é essencial em ambientes educativos, onde ele atua não apenas como gestor do acervo, mas também como facilitador do acesso à informação, promovendo práticas de leitura e pesquisa que impactam diretamente o processo de ensino-aprendizagem. No contexto das bibliotecas escolares, a presença de um bibliotecário qualificado pode transformar esses espaços em verdadeiros centros de apoio pedagógico, alinhados com as demandas curriculares e capazes de estimular o desenvolvimento crítico dos estudantes.

O debate sobre a necessidade de bibliotecas escolares se intensificou com a atuação do Conselho Federal de Biblioteconomia (CFB), especialmente a partir de iniciativas que buscavam garantir a presença desses profissionais nas escolas. O CFB tem sido uma voz ativa na defesa da obrigatoriedade de bibliotecários nas instituições de ensino, destacando a importância da contratação de profissionais qualificados para a organização e funcionamento adequado das bibliotecas. A ausência desses profissionais, em muitos casos, resulta em bibliotecas subutilizadas ou reduzidas a depósitos de livros, prejudicando o potencial educacional desses espaços.

A partir de um estudo de inteligência organizacional realizado em 2007, o Sistema CFB/CRBs (Conselho Federal de Biblioteconomia e Conselhos Regionais de Biblioteconomia) desenvolveu um projeto estruturante com o objetivo de adequar sua estrutura interna, visando aprimorar seu desempenho e eficiência. A criação do Projeto Mobilizador foi uma iniciativa importante para acelerar o debate sobre a situação das bibliotecas escolares no Brasil. Esse projeto impulsionou uma série de pesquisas e estudos em todo o país, revelando a precariedade em que se encontram muitas dessas bibliotecas, especialmente nas escolas públicas. As pesquisas realizadas pelo Projeto Mobilizador trouxeram à tona uma realidade preocupante:

muitas bibliotecas escolares carecem de acervo atualizado, de infraestrutura adequada e, sobretudo, de profissionais capacitados para gerenciá-las. Esse diagnóstico incentivou universidades e cursos de Biblioteconomia a investigarem mais profundamente o tema, promovendo estudos que apontam para a necessidade de investimentos estruturais e na formação de bibliotecários para atuarem especificamente no ambiente escolar.

A aprovação da Lei 12.244/2010, conhecida como Lei de Universalização das Bibliotecas Escolares, representou um marco importante para a educação no Brasil. Ela determinou que todas as instituições de ensino do país deveriam contar com uma biblioteca até 2020, reforçando o papel essencial desses espaços no desenvolvimento acadêmico e intelectual dos alunos. Complementando essa legislação, a Resolução nº 220 de 2020 estabeleceu diretrizes específicas para o funcionamento adequado das bibliotecas escolares, consolidando a visão de que elas devem ser ambientes dinâmicos e integrados ao processo educacional.

A criação dessa Lei foi fruto de uma mobilização de diversos grupos sociais, especialmente os bibliotecários, que há muito tempo vinham defendendo a relevância das bibliotecas escolares para a melhoria dos indicadores educacionais no Brasil. A proposta central era assegurar que as bibliotecas não fossem apenas locais de armazenamento de livros, mas verdadeiros centros de conhecimento e criatividade, integrados ao cotidiano escolar. Esse esforço visava transformar as bibliotecas em espaços de incentivo à leitura e à pesquisa, fundamentais para a formação de estudantes críticos, autônomos e capazes de interagir de forma significativa com o conhecimento.

Um dos aspectos mais inovadores da Lei 12.244/2010 é a obrigatoriedade da presença de um bibliotecário qualificado em todas as escolas. A inclusão desse profissional no ambiente escolar não apenas contribui para a organização e o funcionamento técnico da biblioteca, mas também possibilita uma integração pedagógica mais efetiva. Ao trabalhar em conjunto com os professores, o bibliotecário pode auxiliar no planejamento de atividades que envolvam a leitura, além de propor projetos interdisciplinares que despertem o interesse dos alunos por diferentes áreas do conhecimento. Essa colaboração favorece o uso estratégico dos recursos disponíveis na biblioteca, ampliando o acesso à informação e estimulando o hábito da leitura. Um aspecto importante a ser considerado na efetivação da Lei é que o Art. 3º estabelece que:

Os sistemas de ensino do País deverão desenvolver esforços progressivos para que a universalização das bibliotecas escolares, nos termos previstos nesta Lei, seja efetivada num prazo máximo de dez anos, respeitada a profissão de Bibliotecário, disciplinada pelas Leis nºs 4.084, de 30 de junho de 1962, e 9.674, de 25 de junho de 1998. (Brasil, 2010)

No entanto, a implementação plena dessas diretrizes enfrentou obstáculos ao longo dos anos, principalmente no que se refere à falta de recursos e à desigualdade no acesso a bibliotecas escolares em diferentes regiões do país. Para enfrentar essas deficiências, foi sancionada a Lei 14837 de 2024, que altera a Lei nº 12.244/2010 com o objetivo de reforçar e expandir o papel das bibliotecas nas instituições de ensino. Essa nova legislação redefiniu o conceito de biblioteca escolar e criou o Sistema Nacional de Bibliotecas Escolares (SNBE), uma iniciativa voltada para a integração e coordenação de bibliotecas em todo o território nacional, buscando padronizar serviços e garantir o acesso universal aos recursos bibliográficos e tecnológicos.

A Lei nº 14837/2024 representa um avanço significativo, ao incluir a implementação de políticas públicas de longo alcance que visam não apenas a criação de novas bibliotecas, mas também o fortalecimento daquelas já existentes. O SNBE tem como uma de suas diretrizes principais a promoção da equidade no acesso à informação, garantindo que todas as escolas — independentemente de sua localização geográfica ou contexto socioeconômico — possam oferecer serviços bibliotecários de qualidade, com acervos atualizados e tecnologia adequada. Além disso, a nova lei destaca a importância de promover a inclusão de alunos marginalizados, ao garantir que as bibliotecas ofereçam recursos específicos para atender às necessidades de estudantes com deficiência, populações indígenas e afrodescendentes, entre outros grupos vulneráveis.

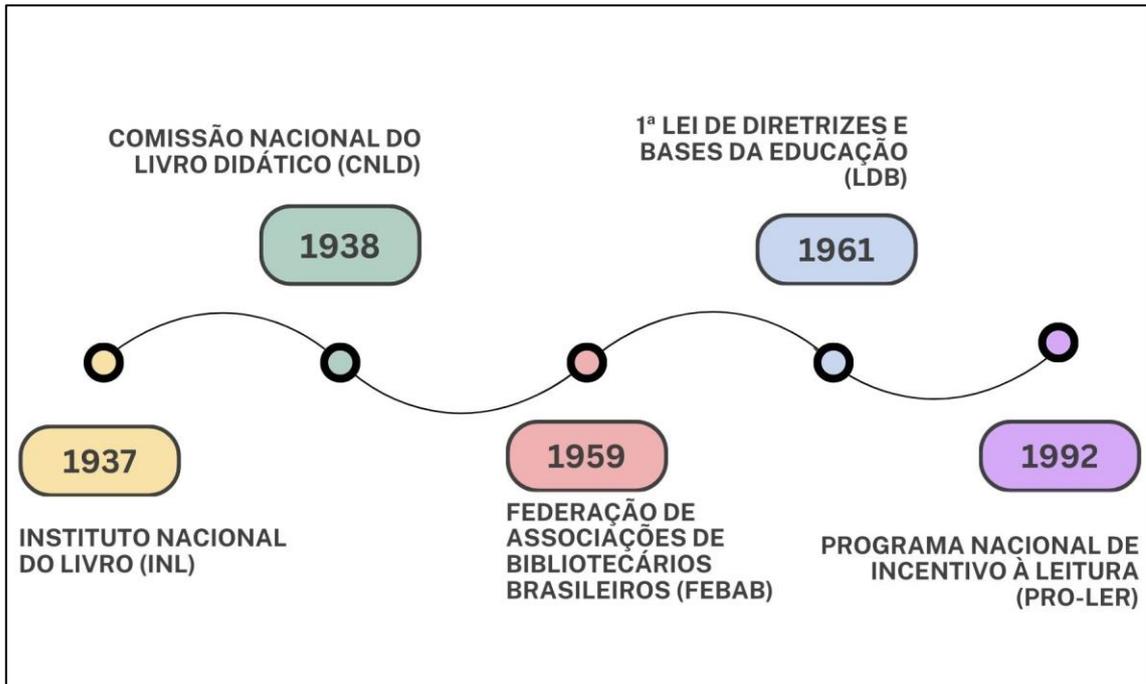
Esse novo marco legislativo reforça o compromisso do Estado brasileiro com a educação e com a construção de uma sociedade mais inclusiva e justa. Ao garantir o acesso universal a bibliotecas de qualidade, equipadas e geridas por profissionais qualificados, as Leis 12.244/2010 e 14837/2024 consolidam o papel das bibliotecas como agentes essenciais no combate à exclusão educacional. Elas buscam não apenas fornecer os recursos necessários para o aprendizado, mas também criar espaços de reflexão, criatividade e empoderamento dos alunos, principalmente daqueles que estão em situação de vulnerabilidade social.

Contudo, apesar da relevância da Lei, o que se observa na prática é um descumprimento generalizado de suas diretrizes em grande parte do país. Muitas escolas, principalmente as da rede pública, ainda não contam com bibliotecas adequadas, e quando existem, sofrem com acervos desatualizados, falta de infraestrutura e ausência de profissionais capacitados. Estudos recentes mostram que, em algumas regiões, a implementação de bibliotecas escolares é mínima, agravada por cortes de verbas e uma falta de comprometimento dos gestores estaduais e municipais em priorizar essa área.

Essa negligência não apenas compromete o direito dos alunos ao acesso à informação, mas também perpetua as desigualdades educacionais no Brasil. A ausência de bibliotecas nas escolas, particularmente nas áreas mais carentes, priva os estudantes de uma ferramenta essencial para o desenvolvimento de habilidades fundamentais, como a leitura crítica, a capacidade de interpretação e a autonomia no aprendizado. Além disso, sem a mediação de um bibliotecário e sem acesso a um acervo diversificado e de qualidade, os alunos ficam restritos a um ensino limitado, que muitas vezes não oferece condições adequadas para o desenvolvimento integral.

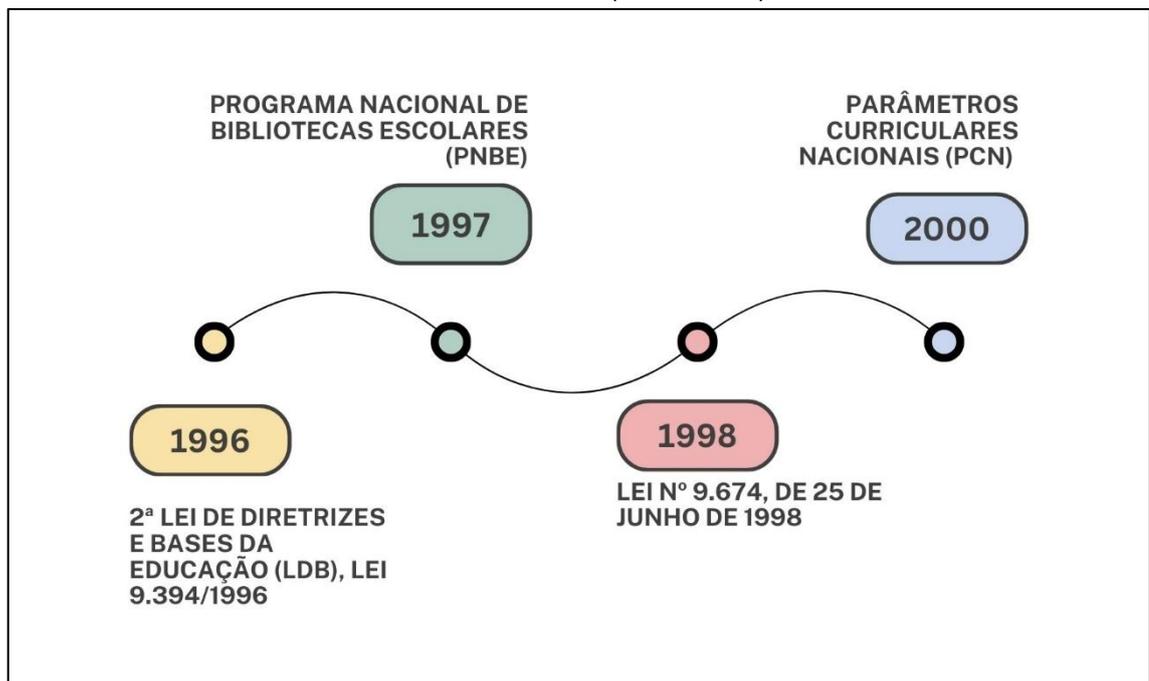
A seguir, será apresentada uma linha do tempo que traça a evolução histórica das diretrizes educacionais voltadas para as bibliotecas escolares no Brasil, destacando os principais marcos legais e os avanços conquistados ao longo dos anos, com ênfase nas políticas públicas implementadas para garantir o acesso universal a esses espaços essenciais para o desenvolvimento educacional.

Figura 3 – Trajetória histórica das diretrizes educacionais voltadas para as bibliotecas escolares no Brasil (1937-1992)



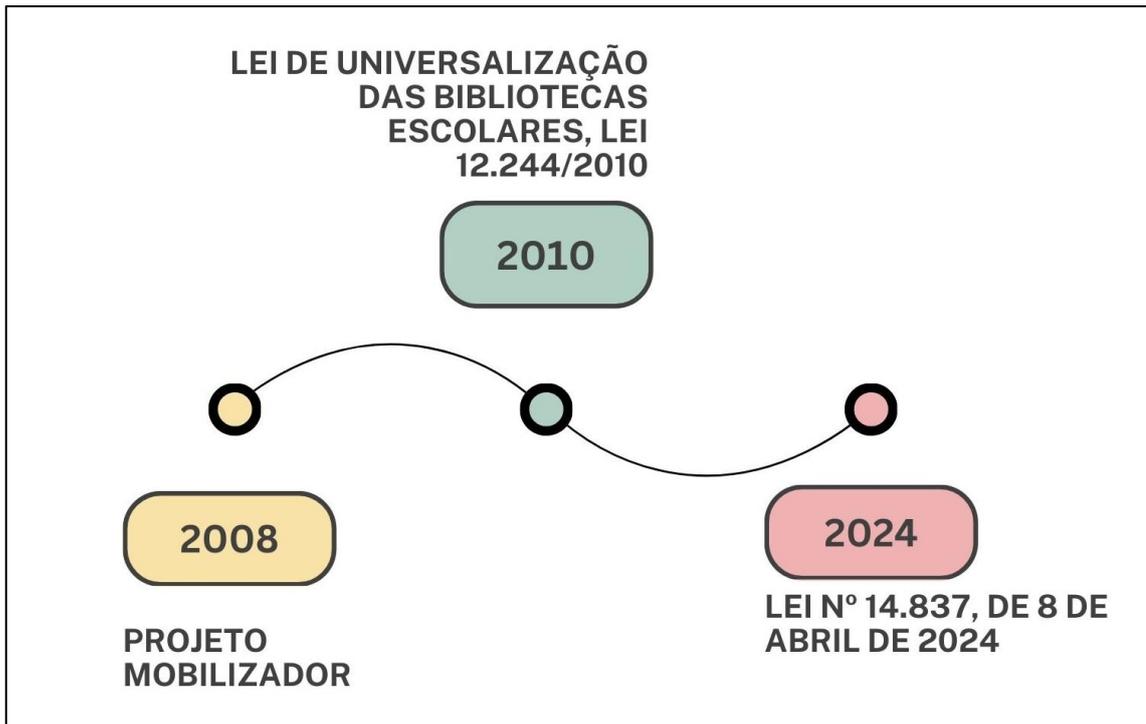
Fonte: a autora.

Figura 4 – Trajetória histórica das diretrizes educacionais voltadas para as bibliotecas escolares no Brasil (1996-2000)



Fonte: a autora.

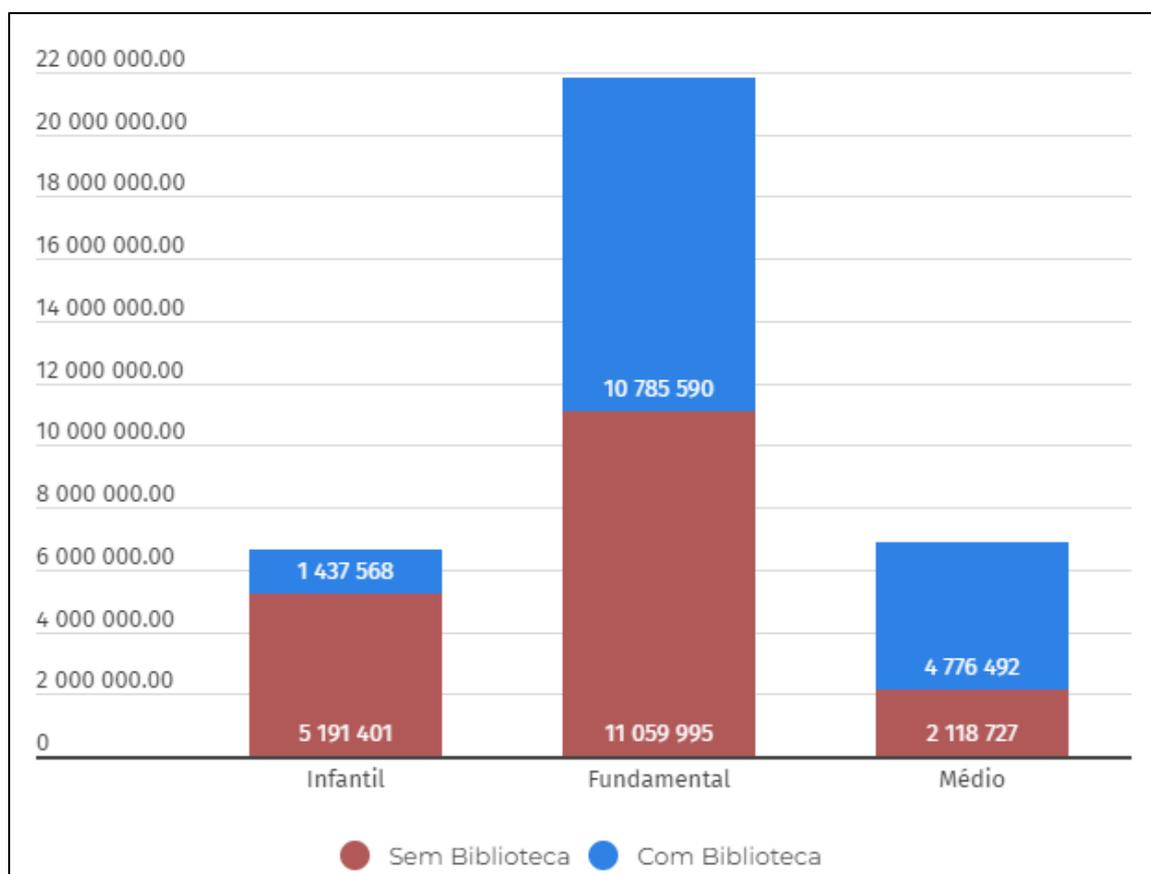
Figura 5 – Trajetória histórica das diretrizes educacionais voltadas para as bibliotecas escolares no Brasil (2008-2024)



Fonte: a autora.

Um levantamento realizado pela Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon), com base nos dados do Censo Escolar de 2022, revela um cenário alarmante: 52% dos estudantes matriculados em escolas públicas frequentam instituições que não possuem bibliotecas. Esse dado evidencia a lacuna entre a legislação vigente e a realidade do sistema público de ensino, reforçando a necessidade urgente de medidas concretas para garantir a universalização dos espaços bibliotecários conforme estipulado pela Lei Federal.

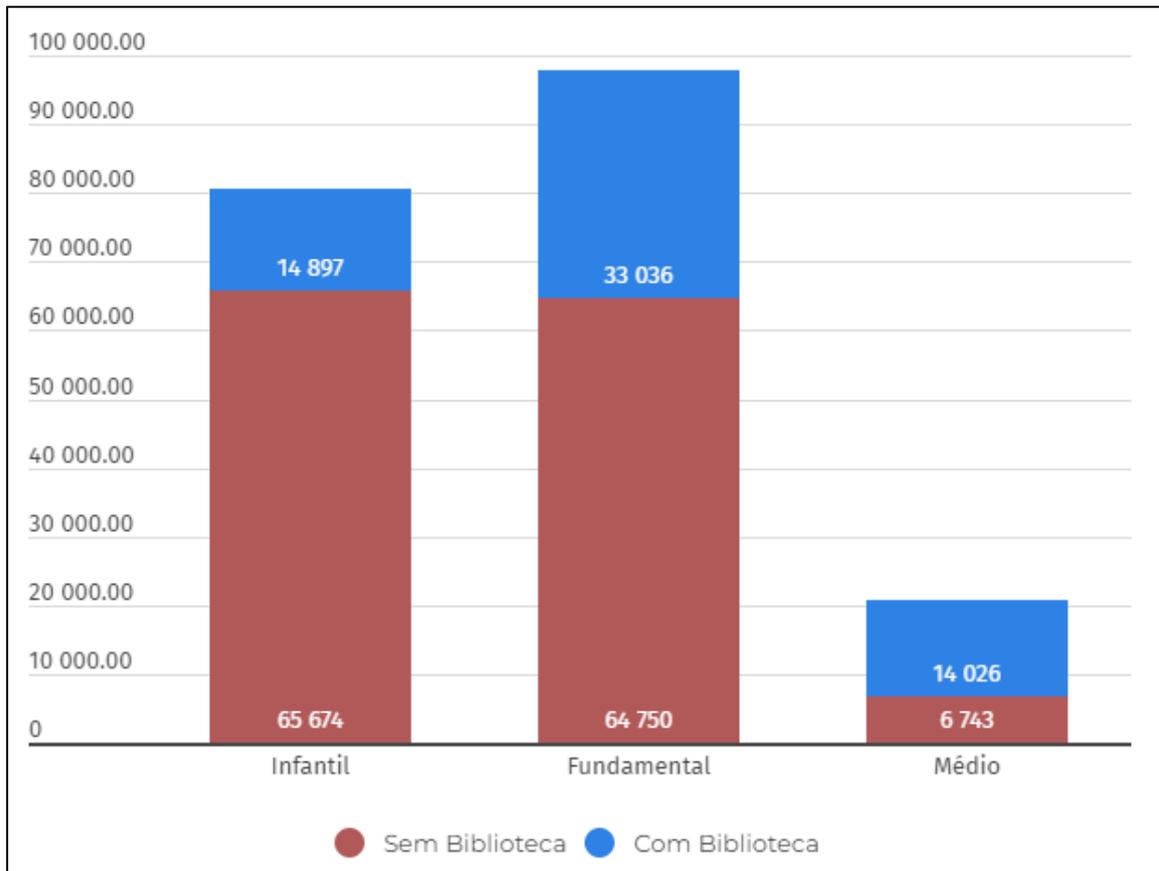
Gráfico 2 – Alunos Matriculados em Escolas Públicas com Biblioteca, por etapa de ensino



Fonte: Atricon, 2022.

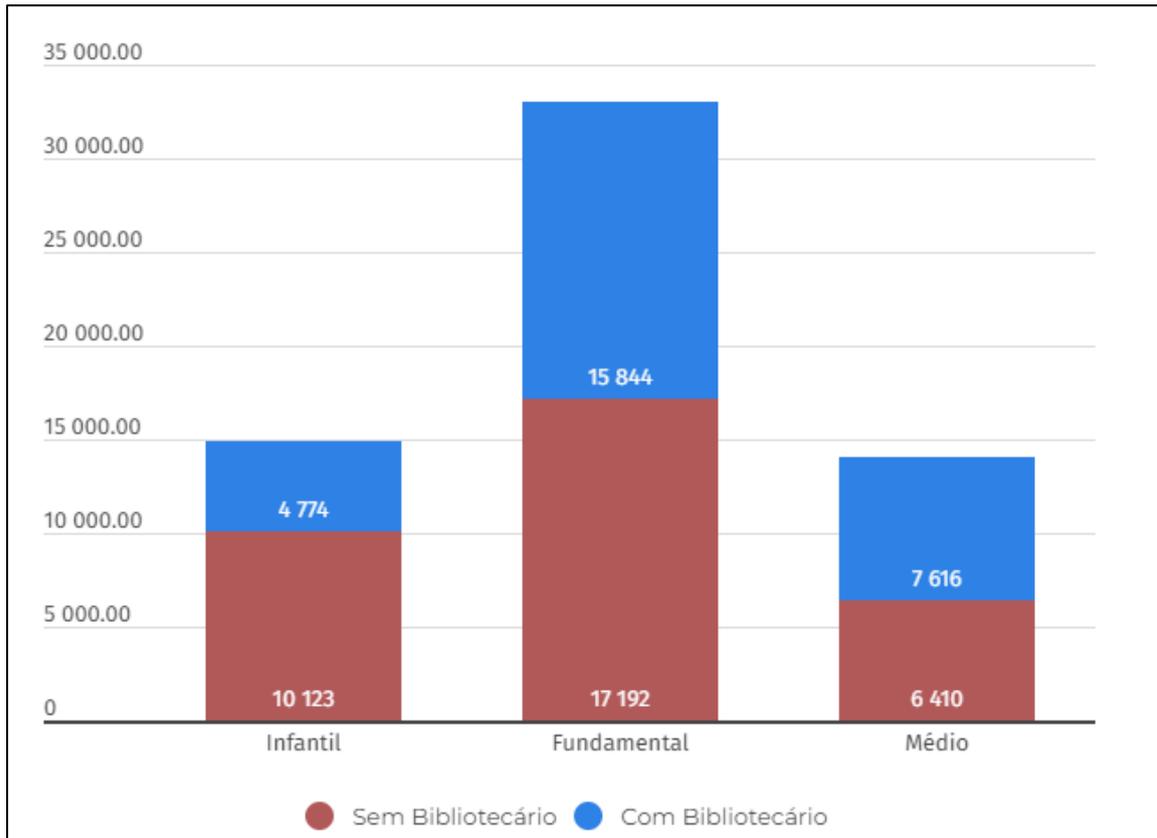
Quando se trata especificamente da educação infantil e do ensino fundamental, os números são ainda mais preocupantes. Apenas 22% das crianças na educação infantil – cerca de 1,4 milhão de alunos – e 49% das crianças no ensino fundamental, aproximadamente 11 milhões, têm acesso a escolas equipadas com bibliotecas. Contudo, o estudo não aborda a adequação desses espaços em termos de infraestrutura e acervo diversificado, o que levanta questionamentos sobre a qualidade das bibliotecas existentes e sua capacidade de atender às necessidades educacionais de forma eficaz.

Gráfico 3 – Escolas Públicas com Biblioteca, por etapa de ensino



Fonte: Atricon, 2022.

Gráfico 4 – Escolas Públicas com Biblioteca e Bibliotecário, por etapa de ensino



Fonte: Atricon, 2022.

Ao analisar os índices, verifica-se que, das 61.959 escolas públicas que possuem bibliotecas – cerca de 31% do total –, apenas 28.234, ou 46%, contam com bibliotecários atuando na comunidade escolar. Esses profissionais são fundamentais para integrar as atividades de estímulo à leitura e à construção do conhecimento dos alunos, o que evidencia uma carência significativa de especialistas qualificados para garantir o pleno funcionamento desses espaços e o desenvolvimento de práticas pedagógicas voltadas ao incentivo à leitura.

Tabela 1 - Existência de Biblioteca em Escolas Públicas, por Estado

UF	Com Biblioteca	Sem Biblioteca
SP	2.429 (13%)	16.513 (87%)
BA	2.695 (20%)	10.641 (80%)
MG	7.092 (59%)	4.895 (41%)
RJ	2.411 (36%)	4.331 (64%)
MA	1.297 (12%)	9.119 (88%)
PA	1.413 (15%)	8.271 (85%)
RS	4.437 (61%)	2.805 (39%)
PR	3.947 (53%)	3.432 (47%)
PE	2.174 (37%)	3.763 (63%)
CE	2.070 (35%)	3.841 (65%)
SC	2.269 (44%)	2.924 (56%)
AM	1.101 (22%)	3.983 (78%)
PB	1.058 (28%)	2.778 (72%)
GO	1.843 (53%)	1.667 (47%)
PI	718 (19%)	3.060 (81%)
RN	1.040 (38%)	1.720 (62%)
ES	934 (35%)	1.751 (65%)
AL	552 (23%)	1.805 (77%)
MT	1.108 (49%)	1.163 (51%)
SE	326 (20%)	1.290 (80%)
MS	509 (38%)	843 (62%)
TO	565 (39%)	866 (61%)
AC	76 (5%)	1.411 (95%)
DF	176 (25%)	530 (75%)
RO	468 (44%)	592 (56%)
RR	193 (23%)	638 (77%)
AP	200 (26%)	581 (74%)
Brasil	43.101 (31%)	95.213 (69%)

Fonte: Atricon, 2022.

Ao analisar os índices de acesso às bibliotecas escolares por estado, percebe-se uma disparidade significativa que reflete as desigualdades regionais no Brasil. Estados como Acre (13%), São Paulo (16%), Maranhão (29%) e Distrito Federal (31%) apresentam os menores percentuais de alunos matriculados em escolas que possuem bibliotecas, o que evidencia um problema estrutural no fornecimento de recursos educacionais adequados. Essa situação limita o acesso dos estudantes a um ambiente essencial para o desenvolvimento das habilidades de leitura e pesquisa, prejudicando o processo de formação integral dos alunos.

Por outro lado, alguns estados demonstram avanços consideráveis no acesso às bibliotecas escolares. Minas Gerais (82%), Rio Grande do Sul (76%), Paraná (73%) e Goiás (69%) estão entre os estados com maior percentual de estudantes matriculados em escolas que dispõem desses espaços. Esses números revelam que, apesar das dificuldades enfrentadas em algumas regiões, existem estados que estão conseguindo implementar políticas mais eficazes para integrar as bibliotecas ao cotidiano escolar. A presença consistente de bibliotecas nesses estados provavelmente está relacionada a investimentos mais sólidos em infraestrutura educacional e à valorização da leitura como parte integrante do currículo escolar.

A discrepância entre estados em relação ao acesso às bibliotecas escolares evidencia a necessidade urgente de políticas públicas mais uniformes e eficazes, que garantam uma distribuição equitativa de recursos educacionais em todo o território nacional. Nesse contexto, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) assume um papel central ao definir o conjunto progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas da Educação Básica, abrangendo desde a Educação Infantil até o Ensino Médio. A BNCC estabelece uma estrutura normativa que visa assegurar o direito à aprendizagem e ao desenvolvimento, em conformidade com o Plano Nacional de Educação (PNE), reforçando o compromisso com uma educação inclusiva e de qualidade. Em 2014, o PNE reiterou a necessidade de

[...] estabelecer e implantar, mediante pactuação interfederativa [União, Estados, Distrito Federal e Municípios], diretrizes pedagógicas para a educação básica e a base nacional comum dos currículos, com direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento dos(as) alunos(as) para cada ano do Ensino Fundamental e Médio, respeitadas as diversidades regional, estadual e local. (BRASIL, 2014).

Portanto, a formulação de políticas públicas que considerem as realidades locais, aliadas a um planejamento nacional coeso e bem estruturado, é essencial para que as bibliotecas escolares possam desempenhar plenamente seu papel no desenvolvimento das competências fundamentais para a formação integral dos alunos. O êxito dessas iniciativas depende de uma articulação eficaz entre gestores educacionais, professores, bibliotecários e demais agentes do sistema escolar, além de um compromisso contínuo com a manutenção e expansão de programas que incentivem o acesso à leitura e à informação.

Esses programas são pilares imprescindíveis para a promoção da cidadania ativa e a construção de uma sociedade mais justa, inclusiva e consciente. A presença de bibliotecas escolares bem estruturadas não apenas impulsiona o desempenho acadêmico, mas também promove o desenvolvimento cognitivo, o senso crítico e a formação de leitores autônomos, aspectos essenciais para o sucesso dos estudantes em todas as disciplinas. A leitura, enquanto ferramenta de empoderamento, contribui para a redução das desigualdades sociais, criando oportunidades de aprendizado e crescimento para alunos de diferentes contextos socioeconômicos.

Em suma, o aumento dos índices acadêmicos deveria estar intrinsecamente ligado ao fortalecimento das bibliotecas escolares, que funcionam como verdadeiros centros de aprendizagem, reflexão e inovação dentro do ambiente escolar. A consolidação dessas políticas públicas, em conjunto com investimentos contínuos em infraestrutura e formação profissional, pode transformar a educação brasileira, garantindo que todos os alunos, independentemente de sua origem, tenham acesso às ferramentas necessárias para atingir seu pleno potencial.

4 CONCLUSÃO

Esta monografia teve como objetivo principal analisar as políticas educacionais voltadas para as bibliotecas escolares, destacando suas limitações e o impacto dessas falhas sobre os alunos marginalizados. Para atingir esse propósito, foram investigados os marcos legislativos, as condições práticas de implementação dessas políticas e a carência de recursos que contribui para o aprofundamento das desigualdades educacionais.

A pesquisa revelou que, embora as políticas públicas reconheçam a importância das bibliotecas escolares como ferramentas essenciais para o desenvolvimento educacional, sua implementação é frequentemente fragmentada e insuficiente. A falta de investimentos consistentes e de uma visão estratégica de longo prazo por parte dos gestores intensifica as desigualdades, especialmente em escolas públicas localizadas em áreas de maior vulnerabilidade social. Esse cenário perpetua um ciclo de exclusão educacional, dificultando o desenvolvimento pleno de competências fundamentais, como a leitura e o pensamento crítico, essenciais para o sucesso acadêmico e a inclusão social.

Os resultados obtidos indicam a necessidade urgente de reformulação das políticas públicas educacionais, com ênfase na adequação às especificidades regionais e na integração efetiva das bibliotecas ao cotidiano escolar. Além disso, reforça-se a importância de investimentos contínuos, tanto na infraestrutura física das bibliotecas quanto na formação de profissionais capacitados a atuar como mediadores da leitura e do conhecimento. Sem essas medidas, as desigualdades educacionais continuarão a crescer, privando muitos alunos das oportunidades necessárias para seu desenvolvimento pleno.

É importante ressaltar que a pesquisa enfrentou algumas limitações, como a dificuldade de acesso a dados recentes sobre a implementação prática das políticas em diferentes regiões do país. A análise também se restringiu a fontes documentais e bibliográficas, o que limitou a incorporação das percepções diretas de gestores, professores e alunos sobre o papel das bibliotecas no processo educacional.

Com base nas limitações encontradas, futuros estudos poderiam incluir uma abordagem empírica, investigando as percepções dos gestores escolares, professores e alunos em relação à presença e à eficácia das bibliotecas escolares. Além disso, seria relevante examinar com maior profundidade a relação entre as

políticas públicas locais e o desempenho educacional dos alunos, especialmente em regiões afetadas por desigualdades socioeconômicas mais acentuadas.

Diante do exposto, conclui-se que a melhoria das bibliotecas escolares é fundamental para a promoção de uma educação mais equitativa e inclusiva. A transformação desse cenário requer uma articulação eficiente entre diferentes esferas de governo, além de investimentos adequados e políticas públicas que considerem as bibliotecas como espaços essenciais no processo de formação dos estudantes. Somente assim será possível contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, capaz de oferecer oportunidades educativas significativas a todos os seus cidadãos.

REFERÊNCIAS

BECKER, Gary S. **Human capital**: A theoretical and empirical analysis, with special reference to education. University of Chicago press, 2009.

BIBLIOTECAS nas Escolas Públicas do Brasil: dados do Censo Escolar 2022. [S. l.]: Atricon, 2022. 17 p. Disponível em: https://atrimon.org.br/wp-content/uploads/2024/02/Bibliotecas_Escolas_Publicas.pdf. Acesso em: 12 set. 2024.

BRASIL. FNDE. Resolução nº 12, de 07 de outubro de 2020. Dispõe sobre o Programa Nacional do Livro e do Material Didático – PNLD. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**: seção 1, Brasília, DF, p. 88-90, 14 out.2020. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/index.php/aceso-a-informacao/institucional/legislacao/item/13844-resolu%C3%A7%C3%A3o-n%C2%BA--12,-de-07-de-outubro-de-2020>. Acesso em: 11 set. 2024.

BRASIL. Lei nº 12.244, de 24 de maio de 2010. Dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País. **Diário Oficial[da] República Federativa do Brasil**: seção 1, Brasília, DF, p. 3, 25 maio 2010. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2010/lei-12244-24-maio-2010-606412-publicacaooriginal--127238-pl.html>. Acesso em: 11 set. 2024.

BRASIL. Lei nº 14.837, de 8 de abril de 2024. Altera a Lei nº 12.244, de 24 de maio de 2010, que “dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País”, para modificar a definição de biblioteca escolar e criar o Sistema Nacional de Bibliotecas Escolares (SNBE). **Diário Oficial[da] República Federativa do Brasil**: seção 1, Brasília, DF, 4 abr. 2024. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2024/Lei/L14837.htm#art1. Acesso em: 1 out. 2024.

BRASIL. Lei nº 4.084 de 30 de junho de 1962. Dispõe sobre a profissão de bibliotecário(a) e regula seu exercício. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, p. 7149, 2 jul. 1962. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/l4084.htm. Acesso em:11 set. 2024.

BRASIL. Lei nº 9.674 de 25 de junho de 1998. Dispõe sobre o exercício da profissão de bibliotecário(a) e determina outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, p. 1, 26 jun. 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9674.htm. Acesso em:11 set. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. A etapa da Educação Infantil. *In*: BRASIL. **Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular**: educação é a base. Brasília: MEC, 2018. p. 35-55.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais**: introdução aos parâmetros curriculares nacionais. 2 ed. Brasília: DP & A, 2000. v.1.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **A reprodução**: elementos para uma teoria do sistema de ensino. Editora Vozes, 2023.

CABRAL, Carlos Henrique Maciel et al. Educação no Estado de Pernambuco: Análise dos Investimentos na Educação e sua Influência no Desempenho do IDEB no período de 2007 a 2017. **Revista Controladoria e Gestão**, [s. l.], v. 2, ed. 1, p. 293–308, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/rcg/article/view/14292>. Acesso em: 3 out. 2024.

CALIXTO, José António. **A Biblioteca escolar e a sociedade da informação**. Lisboa: Caminho, 1996.

CASTAÑON, Gustavo Arja. O que é construtivismo. **Cadernos de História e Filosofia da Ciência**, v. 1, n. 2, p. 209-242, 2015.

CFB. Resolução CFB nº 220, de 13 de maio de 2020. Dispõe sobre os parâmetros a serem adotados para a estruturação e o funcionamento das Bibliotecas Escolares. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**: seção 1, Brasília, DF, p. 524, 18 maio. 2020. Disponível em: <http://repositorio.cfb.org.br/handle/123456789/1349>. Acesso em: 11 set. 2024.

DE BIBLIOTECONOMIA, Conselho Federal. **Projeto mobilizador**: biblioteca escolar construção de uma rede de informação para o ensino público. Brasília: Sistema CFB/CRB, 2008.

DEWEY, John. **Experiência e educação**. Tradução de Renata Gaspar. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

FERREIRA, Mary. Bibliotecas escolares, realidade e desafios para transformá-las em espaços de leitura, pesquisa e informação. In: PIMENTA, Jussara Santos; BALÇA, Ângela; SILVA, Márcio Ferreira da (org.). **Biblioteca escolar, livros, leitura**: interações e diálogos. Porto Velho, RO: Edufro, 2022. cap. 2, p. 37-58. Disponível em: <https://edufro.unir.br/uploads/08899242/Edital%202019/Biblioteca%20Escolar.pdf>. Acesso em: 11 set. 2024.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 17ª ed., 1987.

HECKMAN, James. Skill Formation and the Economics of Investing in Disadvantaged Children. **Science**, New York, N.Y., v. 312, p. 1900-1902, jun. 2006. DOI 10.1126/science.1128898. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/6974430_Skill_Formation_and_the_Economics_of_Investing_in_Disadvantaged_Children. Acesso em: 07 maio 2024.

KIDD, David C.; CASTANHO, Emanuele. Reading Literary Fiction Improves Theory of Mind. **Science**, [s.l.], v. 342, ed. 6156, p. 377-380, 3 out. 2013. Disponível em: <https://www.science.org/doi/10.1126/science.1239918>. Acesso em: 24 maio 2024.

KRUEGER, Alan B. Experimental Estimates of Education Production Functions. **The Quarterly Journal of Economics**, [s. l.], v. 114, ed. 2, p. 497–532, maio 1999. DOI <https://doi.org/10.1162/003355399556052>. Disponível em: <https://academic.oup.com/qje/article-abstract/114/2/497/1844226>. Acesso em: 11 set. 2024.

MEIRELLES, Fernando de Sousa. **Pesquisa Anual do Uso de TI nas Empresas**. FGVcia: Centro de TI Aplicada, 35º ed, 2024. Disponível em: https://eaesp.fgv.br/sites/eaesp.fgv.br/files/u68/pesti-fgvcia-2024_0.pdf. Acesso em: 07 ago. 2024.

MENDONÇA, Lêda Glicério. A literatura de ficção-científica como estratégia de ensino: discussão da ética profissional e do saber-fazer da ciência em sala de aula. **Revista Eletrônica Ciências&Ideias**, v. 1, n. 1, 2009. Disponível em: <https://sigaa.ifrj.edu.br/sigaa/verProducao?idProducao=2236340&key=320ac0268ad3bf65cb7e03cce7e08d6c>. Acesso em: 28 maio 2024.

MENEGASSI, R. J. O leitor e o processo da leitura. *In*: GRECO, E. A.; GUIMARÃES, T. B. (Orgs.). **Leitura: compreensão e interpretação de textos em Língua Portuguesa**. Maringá, PR: EDUEM, 2010.

NATIONAL ENDOWMENT FOR THE ARTS. Reading at risk: a survey of literary reading in America. [s. l.], 2004. Disponível em: <https://www.arts.gov/sites/default/files/ReadingAtRisk.pdf>. Acesso em: 28 maio 2024.

PIAGET, Jean. **A psicologia da inteligência**. Petrópolis, RJ : Vozes, 2013.

RIDEOUT, Victoria J.; FOEHR, Ulla G.; ROBERTS, Donald F. Generation M2: Media in the lives of 8- to 18-year-olds. **The Henry J. Kaiser Family Foundation**, [s. l.], jan. 2010. Disponível em: <https://files.eric.ed.gov/fulltext/ED527859.pdf>. Acesso em: 19 jun. 2024.

SCHULTZ, T. W. **O valor econômico da educação**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1964.

SOARES, Magda. **Letramento: um tema em três gêneros**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009. 124 p.
SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, p. 20-45, 2006.

UNESCO. 2020. **Resumo do Relatório de Monitoramento Global da Educação 2020: Inclusão e educação para todos**. Paris, UNESCO.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. [s. l.]: Martins Fontes, 2019. 224 p.

WENTZEL, K. R. School adjustment. *In*: REYNOLDS, W. M.; MILLER, G. E.; Weiner, y I. (ed.). **Handbook of Psychology**. Educational Psychology, 2003, p. 235-258. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1002/0471264385.wei0711>. Acesso em: 03 maio 2024.

ZAMONER, Zuleika et al. Políticas de Formação Continuada para Professores iniciantes em Sobral/Ce. **Interação - Revista De Ensino, Pesquisa E Extensão**, [s. l.], ano 2021, v. 23, ed. 1, p. 78-94, 10 jul. 2021. Disponível em: <https://ojs.periodicos.unis.edu.br/index.php/interacao/article/view/519>. Acesso em: 3 out. 2024.

ANEXO A - Lei nº 12.244 de 24 de maio de 2010

Dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º As instituições de ensino públicas e privadas de todos os sistemas de ensino do País contarão com bibliotecas, nos termos desta Lei.

~~Art. 2º Para os fins desta Lei, considera-se biblioteca escolar a coleção de livros, materiais videográficos e documentos registrados em qualquer suporte destinados a consulta, pesquisa, estudo ou leitura.~~

~~Parágrafo único. Será obrigatório um acervo de livros na biblioteca de, no mínimo, um título para cada aluno matriculado, cabendo ao respectivo sistema de ensino determinar a ampliação deste acervo conforme sua realidade, bem como divulgar orientações de guarda, preservação, organização e funcionamento das bibliotecas escolares.~~

Art. 2º Para os fins desta Lei, considera-se biblioteca escolar o equipamento cultural obrigatório e necessário ao desenvolvimento do processo educativo, cujos objetivos são: (Redação dada pela Lei nº 14.837, de 2024)

I - disponibilizar e democratizar a informação ao conhecimento e às novas tecnologias, em seus diversos suportes; (Incluído pela Lei nº 14.837, de 2024)

II - promover as habilidades, as competências e as atitudes que contribuam para a garantia dos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento dos alunos e alunas, em especial no campo da leitura e da escrita; (Incluído pela Lei nº 14.837, de 2024)

III - constituir-se como espaço de recursos educativos indissociavelmente integrado ao processo de ensino-aprendizagem; (Incluído pela Lei nº 14.837, de 2024)

IV - apresentar-se como espaço de estudo, de encontro e de lazer, destinado a servir de suporte para a comunidade em suas necessidades e anseios. (Incluído pela Lei nº 14.837, de 2024)

Parágrafo único. (Revogado). (Redação dada pela Lei nº 14.837, de 2024)

Art. 2º-A Fica criado o Sistema Nacional de Bibliotecas Escolares (SNBE), com as seguintes funções básicas: (Incluído pela Lei nº 14.837, de 2024)

I - incentivar a implantação de bibliotecas escolares em todas as instituições de ensino do País; (Incluído pela Lei nº 14.837, de 2024)

II - promover a melhoria do funcionamento da atual rede de bibliotecas escolares, para que atuem como centros de ação cultural e educacional permanentes; (Incluído pela Lei nº 14.837, de 2024)

III - definir a obrigatoriedade de um acervo mínimo de livros e de materiais de ensino nas bibliotecas escolares, com base no número de alunos efetivamente matriculados em cada unidade escolar e nas especificidades da realidade local; (Incluído pela Lei nº 14.837, de 2024)

IV - implementar uma política de acervo para as bibliotecas escolares que contemple ações de ampliação, de guarda, de preservação, de organização e de funcionamento; (Incluído pela Lei nº 14.837, de 2024)

V - desenvolver atividades de treinamento e de qualificação de recursos humanos, para o funcionamento adequado das bibliotecas escolares; (Incluído pela Lei nº 14.837, de 2024)

VI - integrar todas as bibliotecas escolares do País na rede mundial de computadores e manter atualizado o cadastramento de todas as bibliotecas dos respectivos sistemas de ensino; (Incluído pela Lei nº 14.837, de 2024)

VII - proporcionar, obedecida a legislação vigente, a criação e a atualização de acervos, mediante apoio técnico e financeiro da União aos sistemas estaduais e municipais de ensino; (Incluído pela Lei nº 14.837, de 2024)

VIII - favorecer a ação dos sistemas estaduais e municipais de ensino, para que os profissionais vinculados às bibliotecas escolares atuem como agentes culturais, em favor do livro e de uma política de leitura nas escolas; (Incluído pela Lei nº 14.837, de 2024)

IX - firmar convênios com entidades culturais, com vistas à ampliação do acervo das bibliotecas escolares e à promoção de atividades que contribuam para o desenvolvimento da leitura nas escolas; (Incluído pela Lei nº 14.837, de 2024)

X - estabelecer parâmetros mínimos funcionais para a instalação física das bibliotecas no âmbito das escolas, em atenção ao princípio da acessibilidade, a fim de que se constituam espaços inclusivos. (Incluído pela Lei nº 14.837, de 2024)

Parágrafo único. Respeitado o princípio federativo, o SNBE atuará para fortalecer os respectivos sistemas de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. (Incluído pela Lei nº 14.837, de 2024)

~~Art. 3º Os sistemas de ensino do País deverão desenvolver esforços progressivos para que a universalização das bibliotecas escolares, nos termos previstos nesta Lei, seja efetivada num prazo máximo de dez anos, respeitada a profissão de Bibliotecário, disciplinada pelas Leis nos 4.084, de 30 de junho de 1962, e 9.674, de 25 de junho de 1998.~~

Art. 3º Os sistemas de ensino do País deverão desenvolver esforços progressivos para que a universalização das bibliotecas escolares, nos termos previstos nesta Lei, seja efetivada no prazo máximo de vigência do Plano Nacional de Educação, aprovado pela Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. (Redação dada pela Lei nº 14.837, de 2024)

§ 1º (VETADO). (Incluído pela Lei nº 14.837, de 2024)

§ 2º O processo de universalização das bibliotecas escolares de que trata esta Lei será feito mediante a observância do disposto nas Leis nºs 4.084, de 30 de junho de 1962, e 9.674, de 25 de junho de 1998, que dispõem sobre o exercício da profissão de bibliotecário. (Incluído pela Lei nº 14.837, de 2024)

§ 3º A União, no exercício da função redistributiva e supletiva prevista no § 1º do art. 211 da Constituição Federal, fornecerá assistência técnica e financeira aos entes federativos para o cumprimento dos esforços progressivos de universalização das bibliotecas escolares referidos no caput deste artigo, conforme disponibilidade orçamentária. (Incluído pela Lei nº 14.837, de 2024)

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 24 de maio de 2010; 189º da Independência e 122º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Fernando Haddad

Carlos Lupi

Este texto não substitui o publicado no DOU de 25.5.2010

ANEXO B - Lei nº 14.837, de 8 de abril de 2024

Altera a Lei nº 12.244, de 24 de maio de 2010, que “dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País”, para modificar a definição de biblioteca escolar e criar o Sistema Nacional de Bibliotecas Escolares (SNBE)

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A Lei nº 12.244, de 24 de maio de 2010, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 2º Para os fins desta Lei, considera-se biblioteca escolar o equipamento cultural obrigatório e necessário ao desenvolvimento do processo educativo, cujos objetivos são:

I - disponibilizar e democratizar a informação ao conhecimento e às novas tecnologias, em seus diversos suportes;

II - promover as habilidades, as competências e as atitudes que contribuam para a garantia dos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento dos alunos e alunas, em especial no campo da leitura e da escrita;

III - constituir-se como espaço de recursos educativos indissociavelmente integrado ao processo de ensino-aprendizagem;

IV - apresentar-se como espaço de estudo, de encontro e de lazer, destinado a servir de suporte para a comunidade em suas necessidades e anseios.

Parágrafo único. (Revogado).” (NR)

“Art. 3º Os sistemas de ensino do País deverão desenvolver esforços progressivos para que a universalização das bibliotecas escolares, nos termos previstos nesta Lei, seja efetivada no prazo máximo de vigência do Plano Nacional de Educação, aprovado pela Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014.

§ 1º (VETADO).

§ 2º O processo de universalização das bibliotecas escolares de que trata esta Lei será feito mediante a observância do disposto nas Leis nºs 4.084, de 30 de junho de 1962, e 9.674, de 25 de junho de 1998, que dispõem sobre o exercício da profissão de bibliotecário.

§ 3º A União, no exercício da função redistributiva e supletiva prevista no § 1º do art. 211 da Constituição Federal, fornecerá assistência técnica e financeira aos entes federativos para o cumprimento dos esforços progressivos de universalização das bibliotecas escolares referidos no caput deste artigo, conforme disponibilidade orçamentária.” (NR)

Art. 2º A Lei nº 12.244, de 24 de maio de 2010, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 2º-A:

“Art. 2º-A Fica criado o Sistema Nacional de Bibliotecas Escolares (SNBE), com as seguintes funções básicas:

I - incentivar a implantação de bibliotecas escolares em todas as instituições de ensino do País;

II - promover a melhoria do funcionamento da atual rede de bibliotecas escolares, para que atuem como centros de ação cultural e educacional permanentes;

III - definir a obrigatoriedade de um acervo mínimo de livros e de materiais de ensino nas bibliotecas escolares, com base no número de alunos efetivamente matriculados em cada unidade escolar e nas especificidades da realidade local;

IV - implementar uma política de acervo para as bibliotecas escolares que contemple ações de ampliação, de guarda, de preservação, de organização e de funcionamento;

V - desenvolver atividades de treinamento e de qualificação de recursos humanos, para o funcionamento adequado das bibliotecas escolares;

VI - integrar todas as bibliotecas escolares do País na rede mundial de computadores e manter atualizado o cadastramento de todas as bibliotecas dos respectivos sistemas de ensino;

VII - proporcionar, obedecida a legislação vigente, a criação e a atualização de acervos, mediante apoio técnico e financeiro da União aos sistemas estaduais e municipais de ensino;

VIII - favorecer a ação dos sistemas estaduais e municipais de ensino, para que os profissionais vinculados às bibliotecas escolares atuem como agentes culturais, em favor do livro e de uma política de leitura nas escolas;

IX - firmar convênios com entidades culturais, com vistas à ampliação do acervo das bibliotecas escolares e à promoção de atividades que contribuam para o desenvolvimento da leitura nas escolas;

X - estabelecer parâmetros mínimos funcionais para a instalação física das bibliotecas no âmbito das escolas, em atenção ao princípio da acessibilidade, a fim de que se constituam espaços inclusivos.

Parágrafo único. Respeitado o princípio federativo, o SNBE atuará para fortalecer os respectivos sistemas de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.”

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 8 de abril de 2024; 203o da Independência e 136o da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Camilo Sobreira de Santana

Este texto não substitui o publicado no DOU de 9.4.2024.